

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RENATA ELISABETE DE MELO SIMIÃO

MARCAS DO TEMPO E MARCOS DOS HOMENS: O CASO DO PARQUE
METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI, CABO DE
STO. AGOSTINHO/PE.

Recife
2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Renata Elisabete de Melo Simião

**MARCAS DO TEMPO E MARCOS DOS HOMENS: O CASO DO
PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI,
CABO DE STO. AGOSTINHO/PE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
exigência parcial para a graduação no Curso de Arquitetura
e Urbanismo, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique
Cabral Valadares.

Recife
2019

Catalogação na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

Simião, Renata Elisabete de Melo.

S589m Marcas do tempo e marcos dos homens: o caso do Parque
Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, Cabo de Santo
Agostinho/PE / Renata Elisabete de Melo Simião. - Recife, 2019.
73 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e
Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Patrimônio histórico. 3. Cabo de Santo
Agostinho. I. Valadares, Pedro Henrique Cabral. II. Faculdade Damas
da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-304)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RENATA ELISABETE DE MELO SIMIÃO

**MARCAS DO TEMPO E MARCOS DOS HOMENS: O CASO DO PARQUE
METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI, CABO DE STO.**

AGOSTINHO/PE

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
exigência parcial para a graduação no Curso de Arquitetura
e Urbanismo, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique
Cabral Valadares.

Aprovado em: ____ de dezembro de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mércia Carréra, FADIC
Primeira examinadora

Prof.^a Dr.^a Vania Cavalcanti, FOCCA
Segunda examinadora

Prof. Dr. Pedro Valadares, FADIC
Orientador

Recife

2019

Dedico a todos aqueles que lutam para preservar e manter vivos os nossos símbolos e a nossa história.

AGRADECIMENTOS

A todos que direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente contribuíram para a realização desse trabalho e me ajudaram em mais um fechamento de ciclo na minha vida.

Agradeço à minha amada família, por sempre estarem próximo de mim, me incentivando e me motivando, prestando apoio incondicional, pela doçura de se mostrarem tão orgulhosos em cada pequena conquista minha durante essa caminhada. Agradeço à minha mãe Sanda, por suas palavras nos dias difíceis, e por ser tão atenta e cuidadosa, zelando pelo bem-estar de todos em sua volta. Agradeço ao meu pai Assis, por seus conselhos e por todas as broncas que um dia recebi, pois tenho certeza que sem elas não seria quem sou hoje. Agradeço ao meu irmão Augusto, pessoa que desde sempre me inspirei e que sempre foi motivo de orgulho para mim. Agradeço também, ao meu cachorrinho Dik, companheiro de todos os momentos e por tornar nossa casa um lugar mais feliz.

Agradeço à Matheus, por seu carinho e por estar comigo, mesmo quando distante, em tantos momentos importantes. Por me mostrar como ser uma pessoa melhor, pelas conversas e críticas enriquecedoras que tanto me ajudaram durante o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço ao meu incansável professor e orientador Pedro Valadares, por desde sempre ter acreditado em mim e nesse trabalho, por sua paciência e sensibilidade, por ter me ouvido, por suas correções e conselhos preciosos que acrescentaram tanto à essa pesquisa e por suas palavras bem-humoradas, que me ajudaram a ressignificar esse turbulento final de ano e final de curso. Obrigada, jamais teria chegado aqui sem o seu apoio e sem o apoio de tantos professores tão memoráveis que compõem o corpo docente da Faculdade Damas.

Agradeço aos meus chefes Luiz Dubeux e João Vasconcelos e à toda equipe Dubeux Vasconcelos, por serem sempre tão gentis e compreensivos, pelas críticas construtivas e pelos ensinamentos, por todos os momentos de descontração que tornaram meu dia-a-dia mais leve. Pessoas como vocês fazem a diferença. Obrigada por terem depositado sua confiança em mim, sempre terei vocês em meu coração.

Agradeço também às minhas amigas Karinne Leal e Isadora Bachmann, mulheres que tive a oportunidade de conhecer melhor esse ano e que posso afirmar com certeza que são pessoas maravilhosas. Vocês ressignificaram a palavra amizade para mim.

Muito obrigada!

Aí está uma palavra que soa bem, cheia de promessas e certezas, dizes metamorfose e segues adiante, parece que não vês que as palavras são rótulos que se pegam às cousas, não são as cousas, nunca saberá como são as cousas, nem sequer que nomes são na realidade os seus, porque os nomes que lhes deste não são mais que isso, os nomes que lhes deste.

(José Saramago, 2005)

RESUMO

Inserido na Região Metropolitana do Recife e distando cerca de 33 km ao sul da capital pernambucana, encontra-se o promontório do Cabo de Santo Agostinho, local cuja relevância é datada desde os prelúdios da ocupação portuguesa nas terras brasileiras. Atualmente, este lugar recebe o nome de Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, resguardando em si uma série de importantes fatos históricos que carregam as marcas de um período de ocupação, guerras, conflitos, da resistência portuguesa aos episódios da ocupação neerlandesa no nordeste brasileiro e, principalmente, da soberania luso-brasileira consolidada naquele território. Hoje, muitas das construções erguidas nesse parque e que resistiram ao passar dos séculos, permanecem no imaginário da população, como símbolos hegemônicos edificados. Deste modo, torna-se possível a compreensão desse lugar e seus monumentos não apenas enquanto agentes, mas sobretudo, enquanto cenário na construção da narrativa histórica local e nacional. Tal ideia é sustentada pelo prisma de que a noção de patrimônio não se ampara apenas em grandes acontecimentos, mas sim, em um conjunto orquestrado por história, memória e identidade, atravessando o material e o imaterial. Nesta trilha, o trabalho em questão averigua, a partir da análise de bibliografia histórica, documentos e do estudo de teóricos da simbologia e semiótica, do patrimônio e da preservação, em que medida o conjunto edificado do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti pode consistir em um símbolo da soberania luso-brasileira no litoral pernambucano e o que representam os seus monumentos, tanto os que ainda estão em uso como os que estão arruinados

Palavras-chave: Soberania luso-brasileira. Símbolo. Patrimônio histórico. Cabo de Santo Agostinho. Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti.

ABSTRACT

Set in the Metropolitan Region of Recife and about 33 km south of the Pernambuco capital, is located the promontory of Cabo de Santo Agostinho, a place whose relevance dates from the preludes of the Portuguese occupation in Brazilian territory. Nowadays, this place is named Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park, and safeguards in itself a series of important historical facts that carry forward the marks of a period of occupation, wars, conflicts, Portuguese resistance against the Dutch occupation in northeastern Brazil and, mainly, the Luso-Brazilian sovereignty consolidated in that territory. Today, many of the buildings in this park that have endured over the centuries remain in the minds of the population as symbols of hegemony. Thus, it is possible to understand this place and its monuments not only as agents, but also as a scenario in the construction of the local and national historical narrative. This idea is supported by the notion that the concept of heritage is not exclusively based on major events, but rather on a set of material and immaterial elements orchestrated by history, memory and identity, crossing the material and the immaterial. In this context, this research investigates from the study of historical bibliography, documents and theorists of symbology and semiotics, heritage and preservation, how does the Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park consists a symbol of Luso-Brazilian sovereignty on the Pernambuco coast and what its monuments represent, both those still in use and those that are ruined.

Keywords: Luso-Brazilian Sovereignty. Symbol. Historical heritage. Cabo de Santo Agostinho. Armando de Holanda Cavalcanti Metropolitan Park.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gravuras rupestres no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)	18
Figura 2 – A Tríade Peirceana.....	19
Figura 3 – Planta baixa da Catedral de Winchester, Inglaterra	21
Figura 4 – Planta baixa do Templo Budista Udyanam Mahachaitya, Nepal.....	22
Figura 5 – Obras para transplantação do Templo de Ramsés II em Abu Simbel.....	26
Figura 6 – Incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro (setembro/2019).....	28
Figura 7 – Incêndio na Catedral de Notre-Dame, Paris (abril/2019).....	29
Figura 8 – Mapa do Estado de Pernambuco. Em vermelho, o Município do Cabo de Sto. Agostinho.	34
Figura 9 e Figura 10 – Mapa-múndi de Kunstmann II, 1502 – 1504. Ao lado, ampliação do mapa no litoral do nordeste brasileiro e <i>Cabo de Santa María de la Consolación</i>	35
Figura 11 – Detalhe do mapa de autor desconhecido “Caps de Saint Augutino” com representação do Forte de Real Nazaré ao redor da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e demais edificações.	38
Figura 12 – Vista aérea do promontório do Município do Cabo de Santo Agostinho.	40
Figura 13 – Pedra do Cogumelo, o Marco Ecológico do PMAHC.	42
Figura 14 – Presença de pichações em placas informativas do PMAHC.....	43
Figura 15 – Imagem de satélite do PMAHC (2019) e suas edificações de interesse.	46
Figura 16 – Vista lateral das Ruínas do Forte Castelo do Mar.....	48
Figura 17 – Planta baixa das Ruínas do Forte Castelo do Mar.	48
Figura 18 e Figura 19 – Vista lateral e interior das Ruínas do Forte Castelo do Mar.....	49
Figura 20 e Figura 21 – Ruínas do Antigo Quartel.	49
Figura 22 – Planta baixa das Ruínas do Antigo Quartel.	50
Figura 23 – Presença de pichações nas ruínas do Antigo Quartel.....	50
Figura 24 e Figura 25 – Bateria de Calhetas.	51
Figura 26 – Planta baixa das Ruínas da Bateria de Calhetas.....	52
Figura 27 – Forte de São Francisco Xavier (Gaibú).....	52
Figura 28 e Figura 29 – Mapa do Cabo de Santo Agostinho por Jan Jansson e Isaac Commelin ,1656. Ao lado, ampliação do mapa e representação do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré.	53
Figura 30 e Figura 31 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita.	54

Figura 32, Figura 33 e Figura 34 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita.	55
Figura 35 e Figura 36 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita antes e depois de intervenção realizada pelo IPHAN na década de 1950.	55
Figura 37 e Figura 38 – Lateral da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita antes e depois de intervenção realizada pelo IPHAN na década de 1950.	56
Figura 39 – Planta baixa do pavimento térreo (à esquerda) e superior (à direita) da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Convento Carmelita.	56
Figura 40 – Cemitério de Nossa Senhora de Nazaré.	57
Figura 41 – Ruínas da Capela Velha.	58
Figura 42 – Planta Baixa das Ruínas da Capela Velha.	58
Figura 43 – Ruínas da Casa do Faroleiro.	59
Figura 44 – Planta baixa do primeiro pavimento das Ruínas da Casa do Faroleiro.	59
Figura 45 – Ruínas da Casa do Faroleiro.	60
Figura 46 – Entrada da Vila de Nazaré.	60
Figura 47 – Restaurante na Vila de Nazaré.	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos acontecimentos do PMAHC.	44
Quadro 2 – Classificação dos monumentos de interesse do PMAHC.	47
Quadro 3 – Síntese dos monumentos de interesse do PMAHC.	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPS – Complexo Industrial Portuário de Suape

CONDEPE – Instituto de Planejamento de Pernambuco

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento Municipal

FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PDI/RMR – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife

PECCIPS – Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape

PMAHC – Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

PMCSA – Parque Metropolitano do Cabo de Santo Agostinho

PPSH/RMR – Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife

RMR – Região Metropolitana do Recife

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

UNESCO – A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WIC – *West-Indische Compagnie* (Companhia Holandesa das Índias Ocidentais)

ZPC – Zona de Proteção Cultural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ENSAIOS CONCEITUAIS	18
2.1. A arquitetura e seus símbolos	18
2.2. Reflexões sobre as questões patrimoniais	23
2.3. Preservação do patrimônio como meio de perpetuação dos símbolos	30
3. HISTORIOGRAFIA DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI	34
3.1. Breve histórico do Cabo de Santo Agostinho	34
3.2. A gênese do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti	39
4. MARCAS DO TEMPO E MARCOS DOS HOMENS	46
4.1. Marcas da guerra: monumentos militares	47
4.2. Marcas da fé: monumentos religiosos	54
4.3. Marcas do cotidiano: monumentos civis	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE A – Lista das Cartas Patrimoniais (séculos XX e XXI).....	71

1. INTRODUÇÃO

Símbolo – do grego: *sýmbolon*, pelo latim: *symbolu* –, termo que, ao ser analisado através da semiótica, pode ser traduzido como uma espécie de ponte entre o mundo exterior concreto e o universo interior abstrato, onde uma realidade tangível representa algo intangível ou vice e versa. Em outras palavras: é tudo aquilo que por um princípio de analogia, representa ou substitui alguma coisa.

Entre os vários tipos de símbolo estudados por autores como Peirce (2005), Santaella (2007) e Dalviella (1995), surge o *índice*, ou seja, um símbolo que indica algo, que passou por lá e deixou suas marcas, como qualquer produção do fazer humano. Desta forma, rapidamente podemos observar que a arquitetura pode ser um claro exemplar de índice simbólico, seja dos materiais ou técnicas construtivas utilizadas na sua concepção, das funções que exerceu, do local ou momento histórico que fora construída, trazendo consigo a memória de todos aqueles que por ali passaram.

Por outro lado, quando relacionado ao estudo da conservação e do patrimônio, o símbolo também toma forma valorativa, transformando-se em uma espécie de critério para analisar a importância que um bem pode ter perante um determinado contexto. Desta forma, independentemente dos aspectos subjetivos e das problemáticas que permeiam tal temática, pode-se entender que a existência de símbolos pressupõe a intenção de sua permanência na sociedade, enquanto representação de seus valores, assegurando desta forma a perpetuação do legado cultural da humanidade.

Nesta trilha, o objeto em estudo é o atual Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), – fundado em 1979 através do Decreto Estadual N° 5.554/79 – situado no município do Cabo de Santo Agostinho/PE, distando cerca de 33 km ao sul da capital pernambucana. Trata-se especificamente de um lugar cuja relevância remonta aos prelúdios da ocupação portuguesa no território brasileiro, servindo como palco para conflitos e resistência à invasão holandesa em Pernambuco, como entreposto comercial, ancoradouro para escoamento de mercadorias do continente sul-americano entre outras importantes funções e acontecimentos.

Hoje, tanto as edificações que remetem ao início do processo de colonização do Brasil – como a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e o Convento Carmelita, o Forte Castelo do Mar, o Forte Real de Nazaré, o Quartel, as Baterias de São Jorge e de Calhetas – quanto aquelas construídas ao longo dos séculos – como a Capela Velha, o Forte de São Francisco de Xavier, a Casa do Faroleiro e o Cemitério de Nazaré –, permaneceram vivas, conseguindo resistir ao passar do

tempo, tornando possível a compreensão de tais monumentos não apenas como agentes, mas, sobretudo, enquanto cenário na construção da narrativa e do repertório histórico local e nacional.

Sendo assim, a presente pesquisa mostra-se importante em seus mais diversos aspectos, pois, como mencionado, o local que hoje é o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti foi palco de uma série de acontecimentos singulares, que marcam a trajetória histórica do nordeste brasileiro, com suas edificações centenárias, carregadas de valor histórico, simbólico e cultural. Além disto, a partir da análise do universo bibliográfico consultado para a realização deste trabalho, percebe-se uma lacuna referente a conteúdos que analisem o referido objeto a partir da ótica simbólica, arquitetônica e das teorias da conservação patrimonial.

Outro fato que corrobora para justificar a monografia em questão é a percepção de uma certa deficiência referente à manutenção adequada de tais edificações, o que leva a crer que a realização de uma pesquisa do gênero pode contribuir significativamente para uma melhor compreensão do valor deste acervo edificado, fortalecendo, talvez, um sentimento de pertencimento da população para com o seu patrimônio e, por fim, motivando a tomada de medidas que visem a salvaguarda de tais monumentos.

Diante de tais pensamentos, a pergunta que norteou a realização do trabalho foi: em que medida o conjunto edificado do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti pode consistir em um símbolo da soberania luso-brasileira¹ no litoral pernambucano e o que representam os seus monumentos, tanto os que ainda estão em uso como os que estão arruinados?

Decorrente do questionamento previamente levantado, a hipótese que guiou o desenvolvimento da presente pesquisa é que de fato o PMAHC representa um símbolo da soberania luso-brasileira no litoral pernambucano. Tal ideia é sustentada pelo prisma de que tanto a noção de patrimônio quanto os significados simbólicos que atribuímos às coisas não se amparam apenas em grandes acontecimentos, mas sim, em todo um conjunto orquestrado por história, memória e identidade, atravessando o material e o imaterial, cujos valores são representados pelos monumentos existentes no local.

¹ No presente trabalho, a utilização do termo soberania pressupõe a presença de autoridade sobre algo, ou seja, dos luso-brasileiros para com o território que compõe atualmente o PMAHC. Nesse contexto, grande parte das edificações de interesse presentes no parque hoje são fruto de um momento em que o Brasil ainda era regido por um sistema de governo imperial, com presença majoritária de luso-brasileiros nas classes econômicas dominantes, e consequentemente, os possíveis responsáveis pela construção de tais monumentos.

Desta forma, o objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise a partir do ponto de vista simbólico e das teorias da preservação das edificações do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, tanto as que ainda estão em uso como as que se encontram arruinadas, e discutir a história por trás de tais edificações, visando compreender os motivos de sua construção, como e de que forma foram utilizadas, a importância simbólica do local onde estão assentadas e buscando responder da forma mais clara e coerente possível os questionamentos levantados.

Logo, na tentativa de alcançar o dado objetivo maior, foram estabelecidos alguns objetivos específicos, sendo eles: estudar o histórico do PMAHC a partir dos acervos documentais encontrados em órgãos como a FUNDARPE e o IPHAN; levantar dados como período de construção, material construtivo, tipologia, estado de conservação, entre outros, referentes a cada construção-alvo da pesquisa, inclusive através de pesquisas de campo para coleta de dados; realizar análise arquitetônica dos bens patrimoniais que integram o PMAHC, de modo a compreender suas particularidades conceituais, em consonância com o período em que foram construídos; e pesquisar o valor simbólico e suas atribuições a cerca dos bens patrimoniais integrantes do PMAHC;

Sumariamente, objetivando responder as questões levantadas a cerca das edificações inseridas no PMAHC e sua simbologia, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, desenvolvendo o trabalho a partir de observação, discussão e argumentação. Para tal, foi realizada uma pesquisa de caráter explicativo, analisando os referidos monumentos a partir do estudo das teorias da preservação e dos demais autores que discorrem a cerca do significado dos símbolos, do valor e do papel simbólico dos objetos. A pesquisa também foi exploratória, visando colher informações não apenas a cerca das teorias que permeiam o estudo em questão, mas também em relação ao plano de fundo histórico do parque e de suas edificações, buscando compreender de maneira mais holística possível os referidos objetos. Quanto às técnicas utilizadas, foram: pesquisa bibliográfica, tirando partido do estudo do material publicado em livros, revistas, artigos, dissertações e teses; pesquisa documental, buscando materiais como planos, estudos e projetos nos acervos de órgãos como FUNDARPE e IPHAN e observação em campo.

Em relação ao marco teórico utilizado para dar suporte à pesquisa e prepará-la para posteriores deliberações sobre o objeto empírico, foram abordados os ensinamentos sobre simbologia e semiótica de autores como Peirce (2005), Santaella (2007), Dalviella (1995) e Lacerda e Zanchetti (2012), e também foram trabalhados os conceitos sobre patrimônio e preservação

expostos por autores como Café (2007), Choay (2006), Dvořák (2008), Funari e Pelegrini (2009), Lemos (1981), Rolim (2013), entre outros.

Desta forma, visando tornar a presente pesquisa o mais didática possível foi optado por dividi-la em três principais capítulos e seus respectivos subcapítulos específicos. Onde, no primeiro tópico são abordados em forma de ensaio² os conceitos pertinentes para as posteriores deliberações sobre o objeto empírico da pesquisa – o PMAHC –, sendo inicialmente abordada a ideia de símbolo, que por sua vez é amparada pelo estudo da semiótica, ciência relacionada ao nicho abstrato da linguagem humana e suas múltiplas manifestações e de que forma tal conceito se relaciona com a arquitetura. Logo após, é exposto um panorama das questões patrimoniais, trazendo para o debate a evolução da concepção patrimônio ao longo do e implicações de tais ideias na sociedade. Por fim, ainda neste capítulo, é apresentada uma série de conceitos que contemplam a noção de preservação – especificamente, preservação do patrimônio –, e de que forma o preservar pode ser visto como uma espécie de ferramenta essencial para a perpetuação dos símbolos e legado cultural da humanidade.

Posteriormente, no segundo capítulo, é apresentado um apanhado de importantes informações acerca do contexto geográfico, histórico e social do Parque Metropolitano Armando Holanda Cavalcanti. Sendo um primeiro subcapítulo específico sobre a historiografia do Cabo de Santo Agostinho – local que está situado o PMAHC –, onde são narrados importantes fatos que marcaram a região e que corroboraram para a formação do atual cenário do parque e seus respectivos desdobramentos. E um segundo tópico, onde é retratado o episódio de formação do referido local enquanto um Parque Metropolitano, o processo legal e administrativo, as iniciativas de proteção, além de dados que explicam fatos como o porquê do seu nome, entre outros aspectos relevantes.

Enquanto isso, o terceiro capítulo é reservado para a exposição da atual situação do PMAHC, e suas respectivas edificações de interesse, que por sua vez foram subdivididas em três grupos, sendo elas: os monumentos militares, enquanto marcas deixadas pelas guerras e conflitos travados no local, os monumentos religiosos, como as marcas deixadas pela fé e crenças dos homens e os monumentos civis, como registro do cotidiano das pessoas que ali habitaram e das que ainda habitam.

² Neste contexto, considera-se o termo *ensaio* enquanto uma espécie de preparação para as futuras discussões, ou seja, antes da apresentação da tese propriamente dita, entende-se que há a necessidade de serem apresentadas informações, teorias, ideias e dados que irão auxiliar nos caminhos a serem trilhados no decorrer da pesquisa.

2. ENSAIOS CONCEITUAIS

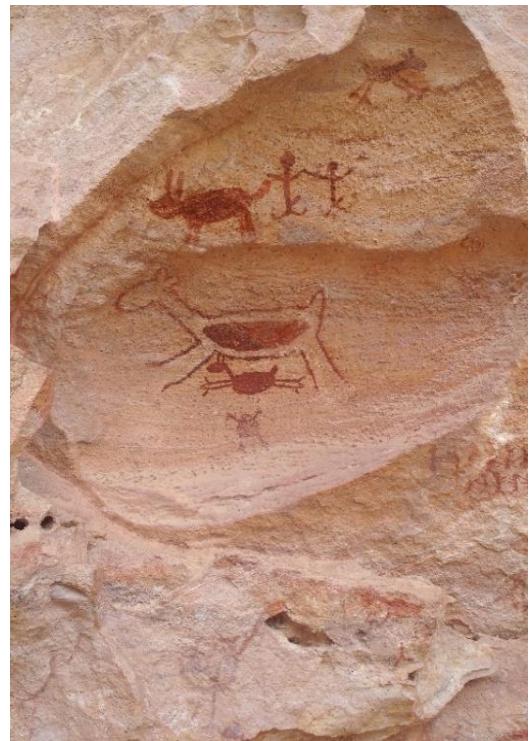
Como forma de preparo ou ensaio, no presente capítulo serão abordados os conceitos e referenciais teóricos que darão suporte à discussão deliberada nos capítulos posteriores. Deste modo, inicialmente, será abordada a ideia de simbologia na arquitetura, que por sua vez é amparada pela semiótica, ciência relacionada ao estudo da linguagem humana e suas múltiplas manifestações. Logo após, o segundo item deste capítulo será dedicado a apresentar a trajetória da discussão a respeito das definições sobre do que se entende quanto à patrimônio e a evolução do conceito no decorrer da história. E por último, serão vistos os vários conceitos sobre o que se considera preservar, por que preservar, para que preservar e de que forma preservar, objetivando compreender quais os seus limites e de que forma podem ser relacionados aos aspectos simbólicos abortados no primeiro tópico.

2.1. A arquitetura e seus símbolos

Apesar do estudo da arqueologia enquanto ciência ter se formalizado em meados do século XX, a partir de movimentos liderados por cientistas como Lewis Binford³ alguns vieses da história apontam que os primeiros ensaios arqueológicos da humanidade teriam ocorrido durante o período Renascentista (entre meados do século XIV e final do século XVI), a partir do achado das ruínas da cidade de Pompéia, por exemplo.

Com o advento da arqueologia e a descoberta de registros como as gravuras rupestres (Figura 1), datadas de milhares de anos atrás, tornou-se possível afirmar que a comunicação esteve presente em praticamente todo o período da existência do homo sapiens. Apesar de inicialmente apresentar características consideradas rudimentares, mas sempre nos utilizamos de diversos tipos de

Figura 1 – Gravuras rupestres no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI).



Fonte: Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Serra_da_Capivara_National_Park Acessado em: 2 out. 2019.

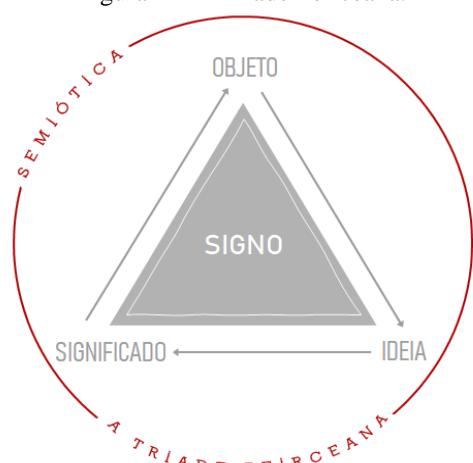
³ Lewis Roberts Binford, arqueólogo estadunidense conhecido por liderar o movimento da “Nova Arqueologia”, surgido na década de 1950 e que tinha como ênfase a aplicação da metodologia científica à arqueologia.

linguagem para estabelecer conexões com o mundo e perpetuar nossas faculdades imaginativas. No entanto, diferentemente dos outros animais que também possuem seus próprios meios de comunicação, a linguagem humana tomou uma forma cada vez mais complexa, se expandindo e adquirindo versatilidade, assumindo formas, funções e significados cada vez mais diferenciados.

Quando nos deparamos com o estudo da linguagem, podemos observar o surgimento de duas principais vertentes: a Linguística, ciência que analisa a linguagem oral e escrita; e a Semiótica, disciplina que observa os símbolos e signos presentes na nossa comunicação. Esta segunda pode ser considerada como “a mais jovem ciência a despontar no horizonte das ciências humanas” (SANTAELLA, 2007, p. 15), surgida no início do século XX, quase que concomitantemente em três lugares do mundo com culturas bastante distintas, quais sejam: Estados Unidos (C. S. Peirce), a então União Soviética (A. N. Viesselovski, A. A. Potiebniá e N. I. Marr) e a Suíça (F. de Saussurre). Este fato pode ser interpretado como uma curiosa necessidade que temos de compreender os fenômenos por trás do processo cada vez mais acelerado de disseminação de informações que “se iniciou a partir da Revolução Industrial [...] gradativamente inseminando e fazendo emergir uma ‘consciência semiótica’” (SANTAELLA, 2007, p. 15). Peirce (2005) nos ensina que a semiótica pode ser conceituada como uma espécie de ciência lógica que tem como propósito entender, classificar e descrever os tipos de signos e a fenomenologia por trás dos processos que os originam. Então, com o objetivo de facilitar o processo de entendimento deste ramo do conhecimento e suas complexidades, Morris (1901-1979) optou por classificá-lo em três nichos: pragmático, semântico e sintático. O primeiro está relacionado com a origem dos signos, o segundo sobre os significados e significantes e, o último, sobre a combinação dos signos e sua estrutura.

Semanticamente, Peirce (2005) concebe o signo como uma tríade (Figura 2) composta por um objeto que dialoga com uma ideia ou pensamento e que se traduz como um sentido, ou significado. Ou seja, o signo é um símbolo que comunica algo externo à mente de quem o interpreta e aquilo que o signo transmite é seu significado. Desta forma, podemos compreender os signos como “aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém” (PEIRCE, 2005, p. 46 *apud* MELO e MELO, 2015, p. 17), o signo não é o

Figura 2 – A Tríade Peirceana.



Fonte: Autora, 2019.

objeto propriamente dito nem as coisas que aquele objeto produz, mas a substituição deste por algo além.

Não se trata daquilo que o signo efetivamente produz na minha ou na sua mente, mas daquilo que, dependendo de sua natureza, ele pode produzir. Há signos que são interpretáveis na forma de qualidades de sentimento; há outros que são interpretáveis através de experiência concreta ou ação; outros são passíveis de interpretação através de pensamentos numa série infinita (SANTAELLA, 2007, p. 60).

Conforme mencionado, Peirce (2005) considera os símbolos como uma classe dentro dos signos, fruto do diálogo entre um objeto e uma ideia. Em virtude disso, ao discorrer sobre tais alegorias, primeiramente temos que ter em mente que estamos rodeados por elas, desde simples gestos cotidianos até convenções que movem nações inteiras, visto que o poder de alcance dos símbolos é considerado como praticamente infinito, uma vez que o processo de construção dos mesmos dá-se na esfera da psique humana. E é a partir dos símbolos que atribuímos aos objetos, consciente ou inconscientemente, que rotineiramente fazemos juízo de valor das coisas.

De acordo com a definição contida no Dicionário Aurélio (2009), símbolo – do grego: *sýmbolon*, pelo latim: *symbolu*, pode ser traduzido como uma espécie de ponte entre o mundo exterior concreto e o universo interior abstrato, onde uma realidade tangível representa algo intangível ou vice e versa. Em outras palavras: é tudo aquilo que por um princípio de analogia representa ou substitui alguma coisa. O símbolo é um meio de tornar visível algo que não se encontra ali presente de forma concreta.

O símbolo é a encarnação de uma ideia, o que a língua não pode dizer e que a representação não pode senão figurar. O símbolo é encarregado não apenas de unir, mas de permitir, além da língua, um sentido de existir. Ele não é somente um conteúdo, ele é uma figura encarregada de funcionar a lógica do sentido (OSTROWESTKY, 1984, p. 30 *apud* LACERDA e ZANCHETI, 2012).

Nos mais diversos povos e culturas, podemos observar representações simbólicas de cunho semelhante, fato que não pode ser atribuído à uma mera coincidência. Visto isso, Dalviella (1995) pontua que o processo de criação dos símbolos é um aspecto inerente ao ser humano, adquirido em algum momento do seu desenvolvimento enquanto espécie. Uma outra forma de manifestação dos símbolos é a partir da apropriação e/ou ressignificação destes por algo além, isto é, assim como quase tudo que é desenvolvido pelo homem, o símbolo também possui a aptidão de adquirir novas facetas, ampliando-se e assumindo uma multiplicidade de significados, bem como um prisma de cristal que tem a capacidade de refletir um único feixe de luz em diferentes ângulos e cores.

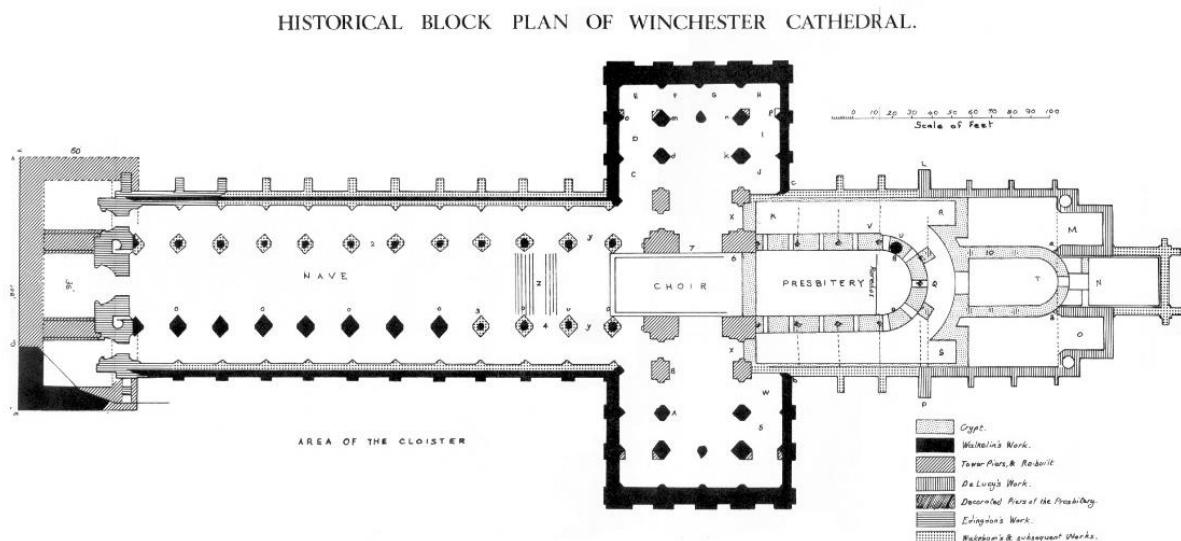
Não obstante, o processo de construção dos símbolos é cercado das mais variadas cargas pessoais, sociais e culturais herdadas por aqueles que os criam, ou seja, é um processo

intimamente ligado ao repertório das subjetividades e perspectivas de cada um. O que nos faz perceber a dimensão que o universo simbólico pode tomar, uma vez que “cada representação simbólica funciona como o centro de uma teia, que está ligado a diversas outras teias com seus respectivos centros” (RIBEIRO, 2010, p. 50), sendo as possibilidades quase incontáveis.

Segundo Ribeiro (2010), ao ser analisada, a história dos símbolos demonstra que qualquer coisa pode adquirir valor simbólico, sendo ela natural ou abstrata, transformando objetos triviais em detentores de ilimitável significado. Desta forma, não é de se estranhar que manifestações culturais como o exemplo da arquitetura também possa ser analisado através do prisma da semiótica e simbologia, não apenas por ser um gênero de produção tipicamente social, mas também por sua habilidade de extrapolar a escala humana do tempo, permanecendo por gerações, imbuída pela memória e identidade daqueles que por ali passaram.

Vale ressaltar que a ligação entre simbologia e arquitetura é um fenômeno conhecido há tempos, no qual utilizam-se de construções para expressar algum símbolo ou alegoria de importante significado para aquela cultura. Podemos tomar como exemplo as construções de caráter religioso, como as igrejas católicas (Figura 3), ou os templos budistas em mandala (Figura 4). De modo geral, pode-se afirmar que tais edificações em si são a referência de espaço físico mais importante para suas respectivas religiões, “o lugar do encontro com os deuses, ‘a porta dos céus’, pela qual os seres divinos desciam à terra” (SCHIAVO, 2007). Local cuja simbologia é pensada desde onde a edificação está situada, sua orientação, formato da planta baixa e disposição dos cômodos, até os detalhes mais minuciosos como o uso de materiais e adornos.

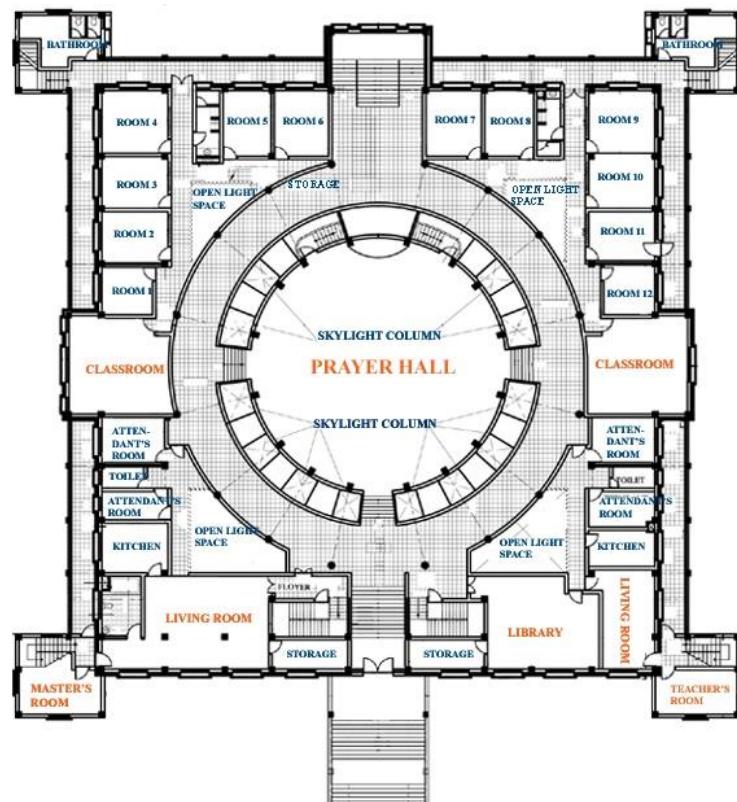
Figura 3 – Planta baixa da Catedral de Winchester, Inglaterra.



Fonte: Disponível em: <http://www.medart.pitt.edu/image/England/winchester/Cathedral/Plans/Winc-Cath-Plans.html> Acessado em: 1 nov. 2019.

Desta forma, torna-se possível observar, no caso do templo cristão (Figura 3), que apesar da adoção de um partido cruciforme⁴ com elementos longilíneos e simétricos, há também uma dinâmica de hierarquias criada, por exemplo, através da disposição dos vãos e pela utilização de um pé direito demasiado elevado – principalmente nos exemplares da arquitetura gótica⁵ –, que conduz o usuário a um estado de apoteose, aproximando-o ao mesmo tempo que o afasta do plano divino, tornando clara a grandeza e superioridade do deus judaico-cristão perante os homens. Por outro lado, o partido em mandala⁶ do templo budista (Figura 4), com características mais centralizadoras e de equidistância, tendem a representar, para a respectiva cultura, a completude do universo e a dinâmica do homem com o cosmos, além de simbolizar os diversos aspectos do caminho para a chamada iluminação budista.

Figura 4 – Planta baixa do Templo Budista Udyanam Mahachaitya, Nepal.



Fonte: Disponível em: <https://vajratool.wordpress.com/tag/udyana-mahachaitya/> Acessado em: 1 nov. 2019.

⁴ Algo com formato de cruz. Na arquitetura, modelo de construção utilizado nas igrejas cristãs, caracterizado pela presença da intersecção de dois grandes corredores ou naves, sendo um principal e outro secundário, gerando um formato de cruz.

⁵ Estilo arquitetônico surgido na França durante a Alta Idade Média (900 – 1300), bastante marcado em muitas catedrais europeias. Caracterizado pelo uso de arcos ogivais, vitrais, pé direito altíssimo, entre outros elementos.

⁶ Representação geométrica composta por várias formas concêntricas amplamente utilizada nas culturas budista e hinduista. Tida como uma alegoria da dinâmica do homem com o universo.

Entretanto, vale salientar que o simbólico não necessariamente está atrelado à forma em si de tais edifícios, mas também em relação à maneira que tais formas são utilizadas e, sobretudo, quanto à dinâmica que envolve tanto aspectos funcionais, históricos e culturais.

Além disto, assim como nos ensina Santaella (2007), qualquer produção do fazer humano é capaz de ser vista como um *índice*, ou seja, um símbolo que indica algo, que passou por lá e deixou suas marcas. Logo, a arquitetura pode ser tida como um claro exemplar de índice simbólico, seja dos materiais ou técnicas construtivas utilizadas na sua concepção, das funções que exerceu, do local ou momento histórico que fora construída, trazendo consigo a memória de todos aqueles que por ali passaram. Contudo, assim como as demais formas de representação simbólica, o índice não existe por si só, ele necessita da mediação de uma mente interpretante que estabeleça as conexões na direção correta, para que desta forma seja de fato compreendido o seu significado.

Por fim, quando relacionado ao estudo do patrimônio, o símbolo é capaz de assumir forma valorativa, transformando-se em uma espécie de parâmetro para observar a importância que um bem pode ter perante um determinado contexto. Apesar disto, devido à natureza simbólica abstrata, ou seja, partindo da ideia de que “[...] o simbólico pressupõe uma competência imaginária que se exprime por uma capacidade de ver as coisas tais como elas não são, de vê-las diferentes do que elas são” (LACERDA e ZANCHETI, 2012, p. 49), torna-se inviável afirmar quais símbolos de fato importam ou não, visto que diferentes mentes interpretantes podem ver o mesmo objeto e atribui-lo, cada um, um significado distinto.

Sendo os bens patrimoniais portadores de valor cultural e, consequentemente, impregnados de simbolismo, é a sua própria existência o elemento de sustentação. Se o patrimônio vale enquanto passado, não resta dúvida de que uma gama significativa de elementos deve ser reconhecida como portadora desse valor social, praticamente tudo o que foi transmitido e que deverá ser deixado como herança para as gerações futuras (LACERDA e ZANCHETI, 2012, p. 49).

Contudo, independente dos aspectos subjetivos, pode-se entender que a existência de símbolos pressupõe a intenção de sua permanência na sociedade, enquanto representação de seus valores culturais. Neste sentido, faz-se necessário compreender, também, os símbolos enquanto patrimônio e, portanto, bem a ser preservado.

2.2. Reflexões sobre as questões patrimoniais

A ideia de patrimônio aqui presente não está apenas referida a uma mera herança do passado, um simples acúmulo de objetos, ‘interessantes’ por diferentes razões (históricas, estéticas, pedagógicas, etc.). Acima de tudo, ela implica a experiência de uma mediação simbólica – que é sua força intrínseca – entre o objeto (material ou imaterial) e o imaginário do sujeito que com ele interage (KUPERMAN, 2013, p. 18).

Conforme cartilha publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2012), etimologicamente a origem do termo patrimônio deriva do vocábulo latim *pater*, que significa pai ou chefe de família. Figura tradicionalmente associada à guarda e manutenção de bens familiares, para que desta forma sejam repassados para seus sucessores em forma de herança. Ou seja, uma palavra intimamente “ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2006, p. 11).

Entretanto, ao observarmos a trajetória da discussão a respeito das definições sobre o que se entende quanto a patrimônio, é possível notar que conceituá-lo nunca foi uma tarefa branda, sempre rodeada por divergências e controvérsias dos mais variados tipos, sofrendo uma série de ressignificações e alterações semânticas associadas ao espírito do tempo vigente. Diante deste fato, torna-se relevante para a presente pesquisa compreendermos de que forma se processaram tais evoluções e o impacto delas na forma como enxergamos hoje o que é patrimônio.

Analizando através do prisma histórico, a noção de patrimônio tornou a adquirir sentido coletivo a partir da Revolução Francesa e expansão napoleônica (séculos XVIII-XIX), momentos marcados pela massiva destruição de edificações, obras de arte, entre outros objetos considerados importantes não apenas em termos econômicos, mas também pela noção de que “aqueles monumentos e objetos também contavam a história do povo da França, dos camponeses, dos comerciantes, dos pobres. Ou seja, o valor histórico daqueles bens ia além da história dos reis, do clero, dos nobres e de toda a corte francesa” (IPHAN, 2012, p. 12), tornando deletéria e irreparável a perda dos mesmos. Mais tarde, após os ocorridos assoladores da I e II Guerra Mundial (1914-1918 e 1939-1945), a ideia de patrimônio mais uma vez passou por deliberações, ganhando aos poucos reconhecimento em nível global.

Tais situações nos incitam a refletir acerca de uma aparente ciclicidade no que diz respeito à nossa relação com o passado, ou seja, nas circunstâncias cujos os símbolos da nossa história enquanto humanidade foram de alguma forma comprometidos, o sentimento de perda ecoou mais alto, acarretando na comoção da sociedade e na tomada de medidas apressadas que pudessem de alguma forma promover a salvaguarda⁷ dos bens ali restantes.

⁷ Salvaguarda, do francês *sauvegarde*. Termo amplamente utilizado nos debates acerca da preservação do patrimônio. Está associado ao ato de resguardar, proteger ou manter um bem a salvo de algum perigo, no mesmo sentido de conservar.

Desta forma, ambientados entre esses cenários de tensão que começam a surgir os primeiros debates a respeito da necessidade do preservar, o que preservar, para que preservar e afinal, de que forma preservar. Tais diálogos geraram frutos, como as chamadas Cartas Patrimoniais, “documentos oriundos de encontros que visavam a proteção do patrimônio. São instrumentos, sem função legislativa que auxiliam os profissionais e técnicos oferecendo embasamento teórico” (OLIVEIRA, 2017, p. 20).

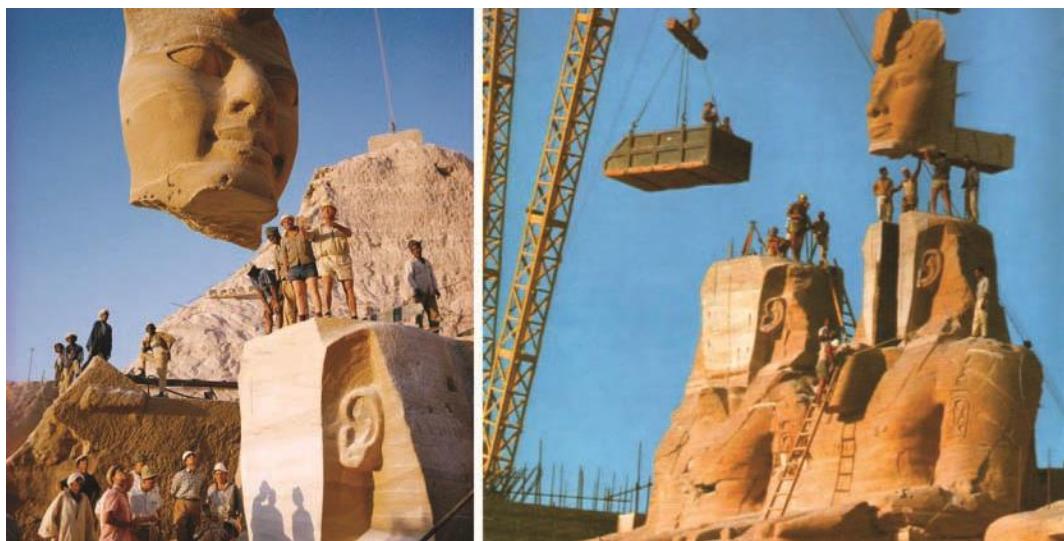
Considerada como pioneira, a Carta de Athenas (1931) aborda o tema da preservação patrimonial ainda de maneira isolada e tímida, apenas citando a necessidade do respeito ao caráter e às características das edificações. Entretanto, com o passar do tempo, tal conceito foi imbuído de complexidade, assumindo novas facetas, como nos exemplos da Recomendação de Paris (1962), que apresentou a ideia de proteção da beleza e caráter das paisagens urbanas e rurais, ampliando a visão do que se entende como patrimônio e rompendo o ciclo de isolamento dos monumentos, bem como o enfoque nas questões de educação patrimonial para a população.

Posteriormente, a Carta de Veneza (1964) trouxe à tona a discussão sobre os chamados sítios históricos, expandindo mais uma vez o campo de estudo sobre patrimônio, assim como o debate sobre a conservação dos bens pautada por destinação de caráter mais utilitário para a sociedade, e a definição de restauração como um ato interdisciplinar, unindo técnica e ciência.

Por outro lado, tanto a Norma de Quito (1967) quanto a Recomendação de Paris (1968) deliberam sobre temáticas de alerta quanto ao descaso dos monumentos públicos por parte das autoridades e pela ausência de políticas de valorização do patrimônio, além da problemática do constante crescimento das cidades, que traz consigo ameaça à integridade de bens culturais. Tal preocupação evoca outro exemplo de carta, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), fruto do caso da barragem de Assuam, a maior represa do Egito, que culminou na transplantação de vários monumentos (Figura 5) ao longo do Nilo.

[...] no sul do Egito, a grande barragem de Assuam, cujas águas, que iam tornar férteis terras desérticas nas margens do rio Nilo, iam também inundar belos e antiquíssimos templos e túmulos de faraós. Como o governo egípcio não tinha condições de financiar, sozinho, a transposição desses bens históricos para outro local próximo, o então Ministro da Cultura da França, o escritor André Malraux, lançou um apelo para a comunidade internacional, dizendo que aqueles bens culturais não pertenciam apenas ao Egito, mas faziam parte da história e da cultura da humanidade, e que, portanto, era responsabilidade de todos os países contribuírem para sua salvaguarda. Esse apelo foi acolhido pela UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas, que coordenou os esforços para essa ação. A partir daí, foi elaborada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), e criada a Lista do Patrimônio Mundial. Hoje há mais de quase 1.000 bens inscritos nessa Lista (IPHAN, 2012, p. 13).

Figura 5 – Obras para transplantação do Templo de Ramsés II em Abu Simbel.



Fonte: Disponível em: <https://www.iagua.es/noticias/locken/presa-asuan-segunda-parte-salvando-historia> Acessado em: 19 out. 2019.

Outras Cartas foram elaboradas, sendo a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, ou Carta de Juiz de Fora (outubro de 2010) a mais recente, somando um total de 46 documentos que são recomendações referenciais para as ações de conservação e preservação do patrimônio cultural mundial (Apêndice A)

Todo o aparato que vem sendo construído com o passar dos anos denota a importância da discussão sobre esse tema, que está em constante processo de ressignificação e ressemantização, recebendo novas atribuições ao passo que se torna mais amplo e faz-se cada vez mais parte do entendimento popular. Vale ressaltar que o conceito de patrimônio não pode ser visto apenas de maneira isolada, ele “só existe relacionado a algum contexto, independente da temporalidade [...]” (MELO, 2018, p. 17).

Outro exemplo a ser citado que corrobora para observarmos a evolução do conceito de patrimônio é a definição contida no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que institui de forma sintética o patrimônio como “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público” (IPHAN, 1937), e que posteriormente foi ampliada pela Constituição Federal de 1988, no artigo de número 216, incorporando termos como *cultural, imaterial, identidade e memória*.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Da mesma forma afirma Funari e Pelegrini (2009) ao nos ensinar que patrimônio não se refere apenas ao apanhado de bens materiais, mas também ao conjunto dos bens imateriais⁸, que narram e transmitem como legado a história e a cultura de um povo. Ou como cita Café (2007) ao defender que patrimônio cultural é tudo de tangível ou intangível que seja relevante para o entendimento da identidade, cultura e história de determinada comunidade.

Logo, podemos deduzir que tudo aquilo que de alguma forma seja capaz contribuir significativamente para a compreensão do homem sobre si mesmo, seus símbolos, sua memória e sobre o que o rodeia pode ser considerado como patrimônio, representando uma essencial parcela do conhecimento antropológico, bem como fator fundamental para a formação da identidade de determinada sociedade, possibilitando o acesso dos cidadãos às suas raízes. Da mesma forma que os hábitos, rastros e biomas dos organismos representam para a biologia importantes dados que viabilizam o entendimento da natureza como um todo.

Uma sociedade com história, que preserva e valoriza as suas produções culturais, a sua memória, o seu patrimônio tangível ou intangível é uma sociedade que poderá mais facilmente assumir sua identidade sociocultural própria e adotar atitudes coletivas, base do tecido social e de qualquer política de promoção de desenvolvimento (LACERDA e ZANCHETI, 2012, p. 105).

Redirecionando a discussão para as formas de patrimônio material especificamente, a exemplo dos monumentos arquitetônicos, podemos interpretá-los, através da ótica anteriormente exposta, como repositórios da memória, permitindo o encontro entre o passado, presente e transmitindo conhecimento para o futuro, locais onde memória, identidade e simbolismo adquirem matéria.

Rocha (2012), menciona que apesar de entendermos a memória como um processo sumariamente particular, interno de cada indivíduo, ela também deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, que assegura o sentimento de unidade, continuidade e coerência de uma população, consciente ou inconscientemente. Deste modo, a ideia de memória vincula-se ao conceito de patrimônio uma vez que ela é tida como peça indispensável no processo de formação identitária de um povo, assim como seus símbolos, afetando diretamente na relação que a população estabelece com seus bens patrimoniais.

⁸ Bens imateriais ou intangíveis são aqueles que contemplam os aspectos cotidianos da produção humana, como danças, costumes, culinária, religiões, festas, entre outros. Tais manifestações são um ponto chave na formação da identidade de um povo, e o processo de preservá-las se faz presente no ato de registrar e acompanhar os processos naturais de transformação destas.

Contudo, apesar da clara importância que o patrimônio cultural pode representar para o ser humano e para a perpetuação de sua memória e subjetividade, não são raros os casos de negligência, tornando-se um dos maiores perigos que assolam os bens patrimoniais de ordem material, como os monumentos e obras de arte, sofrendo prejuízos muitas vezes irreparáveis.

Segundo Lemos (1981), tal conjuntura parece estar diretamente relacionada à educação popular e consequentemente aos interesses da administração pública, ou seja, a conservação do patrimônio vai muito além da discussão e do reconhecimento, “trata-se, no entanto, de uma questão de educação geral do espírito e do caráter” (DVORÁK, 2008, p. 69 *apud* PASCOAL, 2017, p. 24). E a partir do pressuposto que “só se preserva aquilo que se ama, e só se ama aquilo que se conhece” (MAGALHÃES, 1979 *apud* SANTOS, 2013, p. 6), podemos compreender que o processo de reconhecimento e apropriação dos bens patrimoniais por parte da comunidade é fundamental para a promoção à preservação do patrimônio, sendo um dever da coletividade.

Como resultado do descaso, muitos monumentos sofrem degradação, que pode ser por causas naturais (como a ação do tempo) ou por causas antrópicas (atividade humana), frequentemente culminando em danos irreparáveis, como a recente tragédia que assolou o Museu Nacional do Rio de Janeiro em setembro de 2018 (Figura 6), a qual incendiou não apenas o mais antigo centro de ciência do Brasil, mas também a antiga casa que a família real brasileira habitou durante o período monárquico do país, um importante símbolo da narrativa histórica luso-brasileira.

Figura 6 – Incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro (setembro/2019).



Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-fotos.ghtml> Acessado em: 19 out. 2019.

Outro exemplo que vale ser citado, é o incêndio que destruiu o telhado e a torre da Catedral de Notre-Dame de Paris, em abril de 2019 (Figura 7), um dos templos católicos mais antigos da humanidade (com mais de 800 anos), que carregou o título de maior edifício cristão ocidental por séculos, representando um importante símbolo da riqueza e soberania francesa.

Figura 7 – Incêndio na Catedral de Notre-Dame, Paris (abril/2019).



Fonte: Disponível em: <https://www.mercurynews.com/2019/04/15/photos-notre-dame-cathedral-burns-in-paris/> Acessado em: 6 nov. 2019.

Por outro lado, transtornos de natureza vil também podem ser citados, como a mutilação de bens com a finalidade de extrair seus materiais nobres, a exemplo o ouro nas antigas igrejas, ou o roubo de peças com considerável valor econômico para a venda ilícita à colecionadores de arte. Outro mal causado a tais bens patrimoniais é a deliberada destruição dos quais sob o equivocado pretexto de avanço e progresso, ou ainda pela falsa busca à modernização e embelezamento, como Dvořák (2008) no ensina, ao citar o exemplo das igrejas onde seus ornamentos são frequentemente substituídos por outros objetos industrializados, que ao mesmo tempo que atendem os gostos da população, contribuem para a destruição do importante legado histórico que os mesmos carregam.

Deste modo, é possível concluir que a preservação do patrimônio é uma ferramenta essencial para a permanência da história e da memória de determinado povo, tornando-se imprescindível deliberarmos sobre os meios mais adequados de salvaguardar nosso patrimônio, trazendo para o debate ideias como *preservação, conservação, restauração e intervenção*, que serão analisadas no próximo tópico.

2.3. Preservação do patrimônio como meio de perpetuação dos símbolos

A idéia de preservar o patrimônio histórico das cidades não deve servir apenas como um meio de tentar “resgatar” um passado e uma “felicidade” que se perdeu, isto é, preservar não serve para alimentar uma simples nostalgia, mas sim manter um diálogo entre passado e presente como um suporte das identidades individuais e coletivas de uma sociedade. Compreender a preservação do patrimônio é conhecer a história e a memória suscitadas a partir de lembranças evocadas pela existência desse patrimônio, e a preservação dos chamados lugares de memória, devem possuir um sentido para a coletividade, ou seja, o patrimônio histórico deve ter um papel social, e não servirem apenas de exaltação dos nomes daqueles que os construíram (ROLIM, 2013, p. 9).

Diante dos perigos que assolam o patrimônio e as consequências de tragédias que podem acometer tais bens, como as citadas no subcapítulo anterior, foram desenvolvidos debates por parte de autores e órgãos responsáveis em torno do preservar, os por quês e os meios de como fazê-lo. Desta forma, neste tópico inicialmente questiona-se o significado do termo preservar, seguido dos aspectos que incidem direta e indiretamente sobre tal tema e seu diálogo com as questões patrimoniais e simbólicas dos monumentos.

Conforme definição contida no Dicionário Aurélio (2009), preservar é livrar de algum mal, defender da corrupção, perigo ou dano, conservar, ou seja, preservar é manter um determinado bem a salvo de processos deteriorantes, assegurando, desta forma, sua sobrevivência. O ato de preservar traz consigo ainda mais densidade quando observamos através do prisma da preservação do patrimônio e memória, tornando-se um processo que busca assegurar a perpetuação do legado cultural da humanidade, seja em ordem material ou imaterial. Sendo assim, entende-se que “preservar tudo aquilo que for significativo dentro da diversidade do acervo do patrimônio cultural significa a garantia da memória social” (OLIVEIRA, 2017, p. 27).

Lemos (1981) afirma que quando a prática do preservar é negligenciada o conjunto se desarmoniza, prejudicando seriamente as características da sociedade em questão, culminando em um fenômeno de *despersonalização* cultural dos povos. Logo, a salvaguarda do patrimônio deve ser vista como uma obrigação coletiva de ordem prioritária. A exemplo do Brasil enquanto nação, podemos observar uma série de peculiaridades e simbolismos bastante específicos de cada região, estado, município ou vilarejo. Tais miudezas são adquiridas através do tempo, como fruto de processos evolutivos e culturais, condicionados ao cenário histórico, social e ambiental exclusivo daquele local, ou seja, não existem duas culturas iguais no mundo. Estar ciente disso nos permite mensurar a grandeza e a importância que tais singularidades têm para a formação do espectro cultural global e ter consciência do nosso papel enquanto membros da sociedade.

Deste modo, percebemos que necessariamente o termo preservar deve ser aplicado com toda a amplitude de seu significado. É dever de patriotismo preservar os recursos materiais e as condições ambientais em sua integridade, sendo exigidos métodos de intervenção capazes de respeitar o elenco de elementos componentes do Patrimônio Cultural. É dever, também, de patriotismo preservar o saber brasileiro fazendo com que os conhecimentos fora valorizem-no em vez de anularem-no, o que está cada vez mais difícil nesta era das empresas multinacionais comandando nossa economia. (LEMOS, 1981, p. 25).

Sabendo da necessidade do preservar, questionam-se quais formas mais coerentes de fazê-lo, isto é, os modos que visem garantir a sobrevivência da nossa memória e repertório cultural de forma democrática. Tal indagação se faz pertinente a partir do momento que, enquanto sociedade estamos passando por um processo de fragmentação cultural, no qual interesses pecuniosos se sobrepõem ao real intuito da preservação, apontando os elementos culturais que são vantajosos ou não preservar, em uma espécie de lógica quase foucaultiana⁹ de fazer viver e deixar morrer.

Sendo assim, ao buscar compreender os meios mais eficazes para a promoção da salvaguarda patrimonial, inicialmente é preciso ter em vista que tal processo implica em uma série de atividades interdisciplinares, diretamente ligadas à educação popular e englobando as mais variadas vertentes e princípios, necessitando de análises individuais para cada caso. E em um segundo momento, é interessante observarmos que associado ao conceito de preservação do patrimônio surgem as ideias de *intervenção, conservação e restauração*, tidas como diferentes formas de preservação, que serão tratadas a seguir.

De maneira sucinta, podemos conceber a intervenção como toda e qualquer alteração realizada em algum bem ou seu entorno, seja por propósitos preservacionistas ou não, podendo ser para manutenção, conservação, construção, restauração, demolição, prospecção, entre outros serviços.

Quanto à conservação especificamente, podemos compreendê-la como o ato de intervir no bem patrimonial com o intuito de promover o prolongamento de sua vida, a partir da tomada de medidas profiláticas, que visem o controle ou eliminação de agentes degradantes. Por outras palavras, a conservação possui um caráter mais preventivo, “é necessária para que não precise restaurar, se o patrimônio já passou do ponto de qualquer tipo de ação de conservação é necessário escorar e reforçar” (AMARAL e MESSIAS, 2016, p. 74). Por outro lado, a restauração vai além da conservação, ou seja, são providências mais radicais que visam recuperar de forma coerente a eficiência de terminado bem, estando ele com sua funcionalidade

⁹ Relativo ao pensamento do filósofo, historiador e professor francês Michel Foucault (1926 – 1984).

de alguma forma prejudicada. Isto é, “serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções” (IPHAN, 2010, p. 2 *apud* MELO, 2018, p. 19).

Sendo assim, podemos concluir neste capítulo que os conceitos de símbolo, patrimônio, preservação e seus respectivos desdobramentos são correlatos, uma vez que ao assumirmos a existência de símbolos e consequentemente de valor simbólico em determinada edificação, por exemplo, pressupõe-se que sua permanência é fundamental para o processo de formação, desenvolvimento, consolidação e perpetuação da identidade individual e coletiva de uma sociedade. Neste sentido, tamanha importância nos faz perceber de forma clara que tais monumentos devem ser vistos como patrimônio, ou seja, lugares de história, memória e simbolismo, imbuídos de importante papel social para a coletividade, capazes de contribuir para a compreensão do homem sobre si mesmo e possibilitando o acesso dos cidadãos às suas raízes. Assim, por consequência de tais fatos, compreendemos que os quais devem ser preservados, assegurando a perpetuação do legado cultural da humanidade. E a partir de tais elucidações conceituais, será desenvolvida toda a pesquisa empírica.

3. HISTORIOGRAFIA DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI

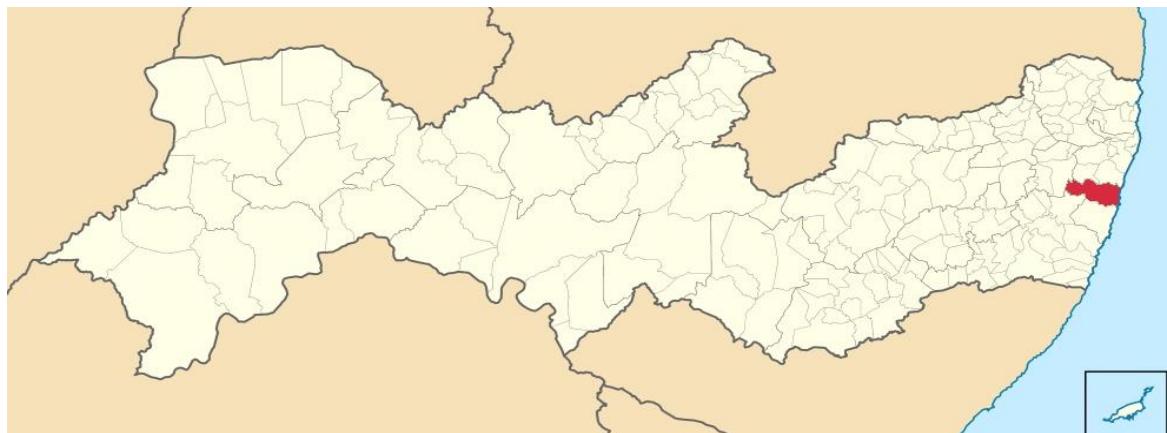
A paisagem do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC) abordada na presente pesquisa corresponde a um recorte territorial de aproximados 2,7 km² do Cabo de Santo Agostinho, acidente geográfico pertencente ao município homônimo inserido na Região Metropolitana do Recife (RMR), no Estado de Pernambuco. Para uma melhor compreensão sobre tal paisagem e sua importância para o presente trabalho não podemos nos ater apenas a seus aspectos físico-espaciais, sendo precisamente pertinente contextualizá-la aos aspectos evolutivos da região onde está situada de maneira integrada.

Desta forma, primeiramente serão apresentados, de maneira breve, os aspectos que compõem toda a narrativa histórica da região e seus desdobramentos. E por fim, será tratado o processo de formação do local enquanto parque metropolitano, os motivos, os aspectos legais e as iniciativas de proteção.

3.1. Breve histórico do Cabo de Santo Agostinho

Atualmente inserido na Região Metropolitana do Recife e distando cerca de 33 km ao sul da capital pernambucana, encontra-se o acidente geográfico do Cabo de Santo Agostinho, área pertencente ao município homônimo (Figura 8), composto por um território de aproximados 477km², sendo o segundo maior da RMR, atrás apenas do município fronteiriço de Ipojuca. Trata-se de um lugar cuja relevância remonta aos prelúdios da ocupação portuguesa no território brasileiro, servindo como cenário para uma série de acontecimentos que fazem parte da formação do repertório histórico nacional.

Figura 8 – Mapa do Estado de Pernambuco. Em vermelho, o Município do Cabo de Sto. Agostinho.



Fonte: Disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_do_Cabo_de_Santo_Agostinho_\(2\).png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_do_Cabo_de_Santo_Agostinho_(2).png) Acessado em: 8 nov. 2019.

Apesar de alguns autores atribuírem aos navegadores espanhóis a descoberta das terras do Cabo de Santo Agostinho, – a que deram o nome de *Cabo de Santa María de la Consolación* (Figura 9 e Figura 10) –, a soberania portuguesa perante esse trecho do território já havia sido definida anos antes, em virtude da celebração do Tratado de Tordesilhas (1494) entre os reinos de Portugal e Espanha, culminando na não reivindicação das terras pernambucanas por parte dos exploradores castelhanos. Diante de tais fatos, a nomeação das terras como Cabo de Santo Agostinho ocorreu por volta do segundo semestre de 1501, a partir das expedições lusas que deram início ao processo de colonização do território brasileiro.

O interesse da coroa portuguesa pelas terras cabenses pode ser justificado por uma série de fatores, entre os quais, relacionados com sua forma e posicionamento a extremo oriente na costa brasileira (Figura 9 e Figura 10), sendo utilizado como referência para navegantes que vinham em busca das Índias e que se perdiam nas correntes marítimas do Oceano Atlântico. Sobre esta característica, a Pesquisa Arqueológica e Histórica do Cabo de Santo Agostinho realizada pela FUNDARPE em 1978 deixa expresso que “esse acidente geográfico determinava não o ponto mais saliente do continente sul-americano, porém o mais importante para os navegantes do século XVI, em suas rotas no Atlântico Sul” (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. 8).

Figura 9 e Figura 10 – Mapa-múndi de Kunstmann II, 1502 – 1504. Ao lado, ampliação do mapa no litoral do nordeste brasileiro e *Cabo de Santa María de la Consolación*.



Fonte: Disponível em: <https://www.wdl.org/en/item/18177/> Acessado em: 8 nov. 2019. Marcações da autora.

Outro fato que também pode ter contribuído para o processo de colonização do Cabo de Santo Agostinho são as características do seu solo, considerado como um dos mais férteis dos arrabaldes e posteriormente utilizado para o cultivo da cana-de-açúcar e algodão. Aproximadamente 35 anos depois da primeira expedição portuguesa às terras pernambucanas, após a chegada do donatário Duarte Coelho e de suas campanhas de expulsão dos índios Caetés nativos das redondezas, várias frações do território do Cabo foram doadas como sesmarias para’ fidalgos: “Os colonos que ali receberam terras em sesmaria, ao iniciar a implantação de seus engenhos, puderam usufruir dos partidos de campos cultivados que os nativos, quase dizimados, deixaram para trás em sua fuga” (ALBUQUERQUE, LUCENA e WALMSLEY, 1999, p. 123) resultando na construção de uma ampla rede de engenhos de cana-de-açúcar.

Além do solo fértil, outra característica em potencial para o desenvolvimento da região foi o Ancoradouro de Nazaré, ou de Suape, localizado em um pontal ao sul do Cabo de Santo Agostinho, banhado por 4 rios: Ipojuca, Merepe, Tatuoca e Suape, fator que facilitava o escoamento de mercadorias do continente sul-americano, considerado por alguns autores como o segundo porto mais importante de toda a região depois do Porto do Recife, tornando a área extremamente cobiçada. Com o acelerado crescimento populacional, não é de se estranhar o surgimento de pequenos aglomerados, como povoados e freguesias.

Em consequência dessa expressiva quantidade de engenhos e da crescente população empregada nos seus trabalhos surgiu o povoado do Cabo assim chamado por ficar próximo ao Cabo de Santo Agostinho, à margem direita do rio Pirapama e com uma capela dedicada a Santo Antônio, que se tornou sede da freguesia, com a invocação do Taumaturgo português em 1589 (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. 8).

Com o passar do tempo, outros pequenos povoados começaram a se consolidar, entre os quais, o de Nazaré – ou *Nazareta*, de acordo com as iconografias da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais¹⁰ –, tido como um dos mais prósperos do sul de Pernambuco. Dada a importância da região, como ponto estratégico e seu acelerado desenvolvimento, rapidamente foram construídas edificações de usos diversos, podendo ser listadas algumas construções de tipologia militar, como o Forte Castelo do Mar, o Antigo Quartel, as Baterias de São Jorge I e II, a Bateria de Calhetas e o Forte Real de Nazaré, além de edifícios como a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré; todos, construídos entre a segunda metade do século XVI e final do século XVII (Quadro 3) .

¹⁰ *West-Indische Compagnie* (WIC), fundada em Amsterdam, no Reino dos Países Baixos, em 1621. Foi uma companhia majestática de mercadores, organização privada para o comércio externo, de cunho capitalista, criada para monopolizar o comércio nas colônias ocidentais.

À medida que um quadro de conflitos se alastrava na Europa, aliado com o interesse da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais nas terras e no açúcar brasileiro, um número cada vez maior de navegadores batavos¹¹ investia em ataques à costa brasileira. Tal prática tornou-se ainda mais frequente nos princípios do século XVII, até que em 1624 ocorreu a primeira invasão ao nordeste brasileiro, mais especificamente na cidade de Salvador, na Bahia, que rapidamente foi recuperada pelos portugueses. É possível identificar dois principais momentos durante os episódios da ocupação holandesa no nordeste brasileiro: “[...] a conquista de Salvador (1624-1625) e a invasão de Pernambuco (1630-1654) [...]” (MELLO, 2009, p. 162).

A derrota serviu como um duplo aprendizado para holandeses e portugueses. A cidade de Salvador passou a ser melhor fortificada e guardada, os fortes foram melhor providos e a preocupação com uma possível segunda invasão fez com que houvesse um crescimento no número de habitantes que portassem armas. Para os holandeses, esse duro golpe serviu como lição para uma maior organização e sistematização das futuras invasões (SANTOS e MENEZES, 2008, p. 2).

Após a derrota em Salvador, o comando neerlandês buscou reinventar-se, tomando mais corpo e aprimorando suas técnicas de combate e defesa. Enquanto uma possível segunda invasão – desta vez contra Pernambuco – causou uma atmosfera de tensão nos luso-brasileiros, que iniciaram um processo de melhoramento dos seus sistemas defensivos, com o objetivo de melhor conter tais ameaças. Entretanto, tal esforço parece não ter sido suficiente para resistir ao poderio bélico holandês. “A esquadra holandesa que desembarcou no Pernambuco em 1630 era composta por setenta navios e uma legião de combatentes mercenários [...]” (SANTOS e MENEZES, 2008, p. 2), marcando o segundo período da ocupação flamenga no nordeste brasileiro: a invasão de Pernambuco e a conquista das cidades de Recife e Olinda, entre outros trechos desta capitania.

A partir deste momento, a disputa por território travada entre holandeses e portugueses acentuou-se, sendo marcada por inúmeros entraves e dificuldades, além da memória do recente ataque às cidades de Recife e Olinda, que possivelmente motivou os luso-brasileiros a construírem mais fortificações em pontos estratégicos ao longo da costa. Entre os quais: o Cabo de Santo Agostinho e seu porto, que passou a servir como o principal ancoradouro após a perda do porto do Recife para a armada neerlandesa, sendo praticamente a única entrada de provisões para o sustento dos luso-brasileiros. Desta forma, foram construídos fortões, baterias e redutos

¹¹ Os termos batavos, holandeses, flamengos, neerlandeses e suas variantes poderão ser utilizados neste trabalho em referência aos integrantes da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

por toda a região. Uma das mais notáveis edificações foi o Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, construído por volta de 1632, ao redor da pequena ermida de Nossa Senhora de Nazaré.

Em março de 1632, houve informações sobre um possível ataque holandês contra o porto de Santo Agostinho, de onde se abasteciam os combatentes da resistência em Pernambuco, no período de inverno, quando os navios batavos não podiam bloquear o porto. Para conter essa ameaça, o conde Bagnuolo seguiu para lá com seu terço napolitano, que começou a levantar uma fortificação no alto do morro. Apesar de criticado por Duarte de Albuquerque, que escreveu ser a única coisa boa do forte o fato de ter dentro dele a Igreja de Nazaré, a posição foi escolhida com cuidado: situada no topo de uma elevação, havia espaço para abrigar todo o terço napolitano, e um ataque contra ela seria difícil (CASTRO, 2015, p. 81).

Não obstante as críticas expressas pelo então donatário Duarte Coelho, o Forte Real de Nazaré (Figura 11) em conjunto com as demais edificações que compunham o sistema defensivo do Cabo de Santo Agostinho e seus defensores resistiram bravamente e, apesar das dificuldades, conseguiram repelir com sucesso o primeiro ataque holandês. Dois anos se passaram e, em março de 1634, as ofensivas neerlandesas voltaram, dessa vez com mais corpo e estratégia. Pouco a pouco os batavos conquistaram espaço, até que em meados 1635, depois de meses sitiados no Forte Real de Nazaré, “já não tinham mantimento, nem sequer de algum animal imundo” (COELHO, 1981, p. 257 *apud* CASTRO, 2015, p. 82-83), sendo, então, forçados a se renderem.

Figura 11 – Detalhe do mapa de autor desconhecido “Caps de Saint Augutino” com representação do Forte de Real Nazaré ao redor da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e demais edificações.



Fonte: (ROCHA, 2017, p. 83).

Após a conquista do Cabo de Santo Agostinho por parte dos holandeses, várias medidas começaram a ser tomadas. Uma das primeiras foi a demolição de algumas edificações, entre as quais o Forte de Nazaré, o que não é de se estranhar como um todo, visto que possivelmente encontrava-se em estado de deterioração após ter sofrido com vários e sucessivos ataques.

Passados dois ou três meses depois de terem ganhado o arraial, pelo que poderia suceder o mandaram derrubar e pôr por terra [...]. O mesmo fez a força do monte de Nazaré, que com tanto dispêndio e trabalho se tinha feito uma e outra força sem ficarem ali rastro nem vestígio de sua grandeza (SANTIAGO, 2017, p. 90 *apud* ROCHA, 2017, p. 57).

Apesar das demolições, muitas edificações foram mantidas e reaproveitadas pelos batavos, que dominaram o local por aproximadamente dez anos. Após a reconquista do território pelos luso-brasileiros, no segundo semestre de 1645, tais construções foram recuperadas e puderam voltar a seus usos originais, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, que retornou ao culto católico após ter sido “profanada pelo uso militar pelos holandeses” (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. 18). Posteriormente, a igreja recebeu melhorias e ampliações na sua estrutura, além da construção de um convento carmelita contíguo que se iniciou por volta de 1692, sendo inaugurado em 1731, fato que por si só possivelmente evidencie a presença de um sentimento de segurança e soberania por parte dos luso-brasileiros, a partir do pressuposto de que normalmente não há interesse em investir em algo de natureza duvidosa ou que possa trazer alguma espécie de risco para aqueles que habitariam naquele local.

Posteriormente, outros edifícios de usos diversos foram sendo construídos, como é o caso do Cemitério de Nazaré, a Capela Velha, a Casa do Faroleiro, entre outras edificações que serão mencionadas de forma mais clara posteriormente. Segundo Medeiros (2013), ao compararmos a configuração da atual Vila de Nazaré em relação a uso do solo, dimensões de propriedades, traçados, acesso, entre outros aspectos, com registros cartográficos do Brasil colonial, podemos observar a existência de muitas equivalências com a vila primitiva, fato que simboliza a soberania e permanência das ocupações originais perante as adversidades.

3.2. A gênese do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

O atual Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (PMAHC), primeiramente denominado como Parque Metropolitano de Santo Agostinho, está inserido no promontório¹² do Município do Cabo de Santo Agostinho (Figura 12), sendo composto por um território de aproximados 2,7 km². Dotado não apenas de um denso apanhado de acontecimentos importantes, em termos materiais e simbólicos, para a narrativa histórica local e nacional, como alguns citados no tópico anterior, a área que compõe o parque também carrega consigo características biológicas e geomorfológicas singulares.

¹² Na geografia, promontório, cabo ou pontal é um acidente geográfico formado por uma massa elevada de terra que se estende por um mar ou oceano adjacente.

Do ponto de vista natural, o promontório caracteriza-se por uma extrusão vulcânica que avança sobre o mar, onde estão localizadas pequenas praias – Calhetas e Paraíso –, que ofertam lazer contemplativo e ativo para aqueles que as visitam. A formação rochosa do promontório é estudada por geólogos, visto ser composta por um granito único no território nacional, além de possivelmente representar o último ponto de ruptura entre os continentes americano e africano (MEDEIROS, 2013, p. 16).

Figura 12 – Vista aérea do promontório do Município do Cabo de Santo Agostinho.



Fonte: Disponível em: <https://natalgeo.blogspot.com/2013/06/1.html> Acessado em: 10 de novembro de 2019.

Ademais, dentro do seu perímetro está situado o Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho, área tombada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE)¹³, além de importantes edificações, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas do Convento Carmelita – ambos atualmente tombados pelo IPHAN¹⁴ e FUNDARPE –, Cemitério da Vila Nazaré, Forte Castelo do Mar, Forte do Pontal de Calhetas, Antigo Quartel, Casa do Faroleiro, entre outras que serão citadas posteriormente, sendo assim, um das paisagens mais relevantes do litoral sul do Estado de Pernambuco.

Próximo ao polígono do atual PMAHC, ao sul, encontra-se o Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros, popularmente conhecido como Porto de Suape, cujo estudos para analisar a viabilidade de sua implantação começaram a ser realizados durante a década de 1960. O plano era criar um super-porto destinado à exportação e importação de insumos, além de atrair outros empreendimentos para seu entorno. De acordo com Medeiros (2013), por ser uma

¹³ Por intermédio do Decreto Estadual 17.070/1993.

¹⁴ Através do Processo 619-T-61, do Livro de Belas Artes, página 85, nº 458, 06/07/1961.

proposta de grande impacto, muitos debates surgiram, evidenciando a necessidade da proteção ambiental e histórica da área, com ênfase no conjunto constituído pela Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as Ruínas do Convento Carmelita, principalmente depois da apresentação do primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDI/RMR) em 1975, que apontou o complexo de Suape como uma estratégia para o fortalecimento da economia da região.

[...] em resposta à polêmica gerada, o governo do Estado, por intermédio da então Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e do Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco¹⁵ (CONDEPE), criou o Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial e Portuário de Suape (PECCIPS), coordenado pelo arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti (MEDEIROS, 2013, p. 19, notas nossas).

Dentre as diretrizes do PDI/RMR de 1975, foi prevista a implantação de Parques Metropolitanos¹⁶, entre os quais, a proposta para criar o Parque Metropolitano do Cabo de Santo Agostinho (PMCSA). Dois anos depois, em 1978, após uma série de desapropriações articuladas pelo Governo do Estado de Pernambuco, foi instituído o Porto de Suape enquanto empresa autônoma¹⁷, compreendendo um polígono de administração que incorporou a área prevista para o PMCSA, definida neste mesmo ano como sítio histórico pelo Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR), elaborado pela Fundação de Desenvolvimento Municipal (FIDEM). Então, em 1979 foi oficialmente fundado o Parque Metropolitano do Cabo de Santo Agostinho, através do Decreto Estadual N° 5.554/79, após evento de inauguração do marco ecológico (Figura 13), com uma “[...] escultura de pedra sobre pedra, criada pelo arquiteto Armando de Holanda Cavalcanti com material coletado de diferentes partes do promontório” (MEDEIROS, 2013, p. 76).

Posteriormente – ainda em 1979 –, teve o seu nome modificado para Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti mediante o Decreto Estadual N° 5.765/79, em homenagem *in memoriam* aos ilustres feitos do arquiteto e urbanista pernambucano Armando de Holanda Cavalcanti, que lutou para preservar a área do então PMCSA e lamentavelmente veio a falecer no referido ano.

¹⁵ Observa-se que a CONDEPE nesta data era o Instituto de Planejamento de Pernambuco e não Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco, como a autora cita.

¹⁶ Entende-se Parque Metropolitano como um sistema de demarcação espacial de áreas de conservação, pesquisa e turismo, com oferta de lazer e cultura para determinada população metropolitana.

¹⁷ A partir da Lei Estadual N° 7.763/78.

Logo após à instituição do PMAHC, tendo em vista os vários aspectos históricos, simbólicos, culturais e naturais que ratificam a relevância do local e legitimam a necessidade de sua proteção, é determinada a inclusão da respectiva área na Zona de Proteção Cultural (ZPC)¹⁸. Além disto, neste mesmo ano também é publicado do Diário Oficial do Estado de Pernambuco o Edital para tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape, elaborado pela FUNDARPE e homologado apenas 10 anos depois, mediante o Decreto Estadual Nº 17.070/93.

Figura 13 – Pedra do Cogumelo, o Marco Ecológico do PMAHC.



Fonte: (MEDEIROS, 2013, p. 76).

Até o ano de 1995, o sítio teve sua administração repassada entre alguns atores privados, como a PREFASA Empreendimentos e Construções, e a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), ambos prevendo a manutenção, recuperação e conservação do parque como contrapartida da cessão.

Em 1988, um grupo privado, PREFASA Empreendimentos e Construções LTDA, assumiu, por 99 anos, a administração do PMAHC, por meio de uma Permissão de Bem Imóvel a Título Oneroso, em troca da implantação de um hotel na praia de Suape. Em 1995, a PREFASA vendeu o hotel à Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que passou a assumir as obrigações sobre o PMAHC, por intermédio do Núcleo Administrativo do Parque (NAD) (MEDEIROS, 2013, p. 20).

18 Zona de Preservação Cultural (ZPC): “Destina-se a preservação dos valores culturais, incluindo-se os da comunidade que reside no local, restauração do Patrimônio Histórico e adaptação da área para visitação turística, preservando os valores ambientais existentes, ficando proibidos os demais usos” (PERNAMBUCO, 1983).

Desde então, alguns serviços foram sendo realizados no parque pela FUNCEF e outros órgãos, como a execução de obras emergenciais para escoramento e consolidação das ruínas da Capela Velha, a elaboração e implantação do projeto de reflorestamento do PMAHC, criação do Plano Estratégico do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti pela FIDEM, com participação da FUNCEF, Suape, FUNDARPE e da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), execução de serviços e obras emergenciais de consolidação estrutural das Ruínas do Antigo Quartel, realização de diagnóstico socioeconômico das localidades existentes no PMAHC, levantamento cadastral das edificações e atualização da base cartográfica da área, entre outras ações (Quadro 1).

Todavia, apesar das medidas tomadas e a existência de instrumentos e entes responsáveis pela conservação do PMAHC, o que tem sido observado é uma dificuldade no que diz respeito à proteção do parque, uma vez que está se tornando um alvo cada vez mais recorrente do descaso e das ações antrópicas degradantes, como desmatamento, depredação das edificações, ocupações irregulares e vandalismo (Figura 14).

Figura 14 – Presença de pichações em placas informativas do PMAHC.



Fonte: Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/25/parque-armando-holanda-no-cabo-exibe-sinais-de-abandono-173728.php> Acessado em: 13 de nov. de 2019.

Desta forma, objetivando compreender de forma mais clara o objeto empírico da pesquisa – o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – e de que forma o mesmo se relaciona com os conceitos e teorias anteriormente expostas, no próximo capítulo será apresentada a atual paisagem que compõe o PMAHC, com suas respectivas edificações de interesse, estado de conservação das mesmas e do local, além de outras informações pertinentes.

Quadro 1 – Síntese dos acontecimentos do PMAHC.

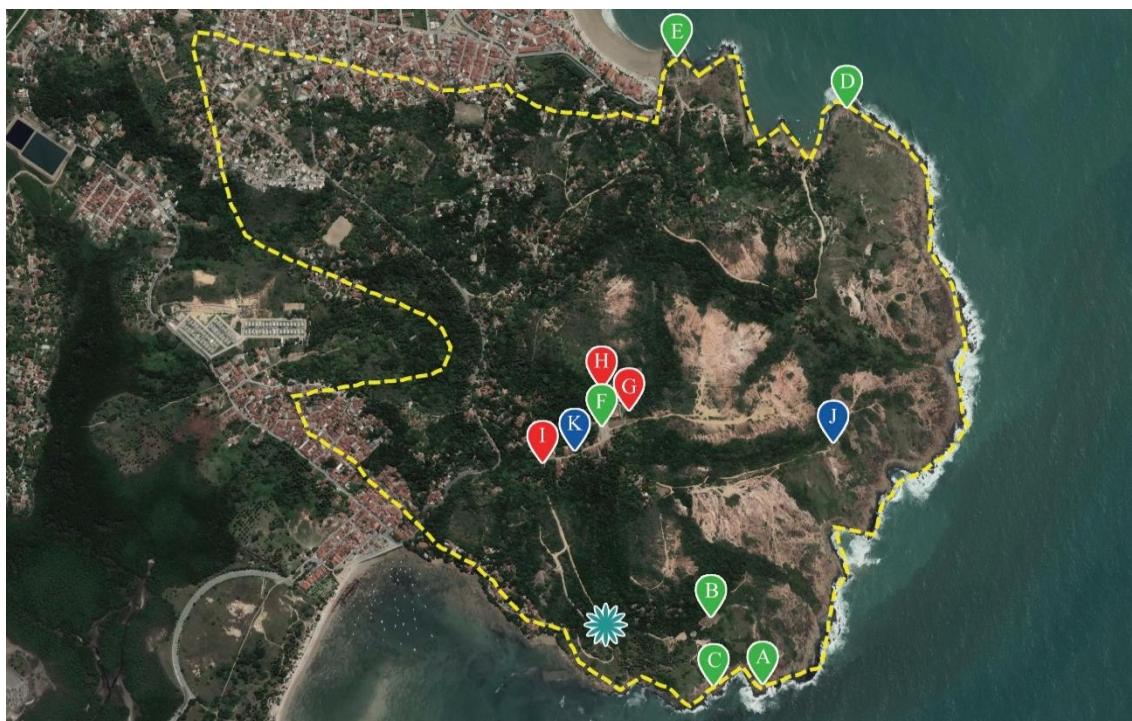
ANO	ACONTECIMENTOS
1960	Início dos estudos para implantação do Complexo Industrial e Portuário de Suape.
1975	Apresentação do primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife (PDI/RMR).
1978	Plano de Preservação de Sítios Históricos (PPSH/RMR), elaborado pela FIDEM, define o sítio histórico Cabo de Santo Agostinho. Lei Estadual Nº 7.763/78, cria a Empresa Suape, incorporando a área do PMCSA.
1979	Fundado o Parque Metropolitano de Santo Agostinho, através do Decreto Estadual no 5.554/79. Alteração do nome do PMCSA para Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti através do Decreto no 5.765/79
1980	Elaboração do Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos, pela FIDEM, e o Plano de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho, Vila Nazaré e povoados de Gaibú e Suape, pela FUNDARPE.
1983	A área do Parque é considerada Zona de Proteção Cultural - ZPC, através do Decreto Estadual Nº 8.447/83. Publicado no Diário Oficial do Estado o Edital de tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape, elaborado pela FUNDARPE.
1985	Resolução do Conselho Consultivo do IPHAN aprova a poligonal de proteção envolvendo a Igreja de Nazaré e as ruínas do Convento Carmelita.
1989	Suape concede a PREFASA– Empreendimentos e Construções LTDA, hoje FUNCEF a permissão para utilização da área do PMAHC por 99 anos prevendo a manutenção, recuperação e conservação do parque pela PREFASA como contrapartida da cessão.
1993	É homologado o Tombamento do Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e da baía de Suape, através do Decreto no 17.070/93.
1998	A FUNCEF executa obras de acesso ao PMAHC.
2000	Elaboração do Plano Estratégico do PMAHC pela FIDEM com participação da FUNCEF, Suape, FUNDARPE e CPRH.
2007	Implantação do Núcleo Administrativo do PMAHC – NAD, para serviços de vigilância e execução das obras emergências de escoramento da Capela Velha, pela FUNCEF.
2008	Elaboração e implantação de projeto de reflorestamento para o PMAHC, pela FUNCEF.
2010	Execução de serviços e obras emergenciais de consolidação estrutural do Quartel do Forte Castelo do Mar, pela FUNCEF. Diagnóstico socioeconômico das localidades existentes no PMAHC, e levantamento cadastral das edificações.
2011	Aprovado o Plano Diretor de Suape (Decreto nº 37.160/11) que mantém o PMAHC como Zona de Proteção Cultural – ZPC.
2012	Instituído o Suape Sustentável, visando ações que promovam a sustentabilidade do Território de Suape e do PMAHC. Inserção do PMAHC na área proposta pelo Serviço Geológico Nacional (CPRM) para um futuro geoparque. Isolamento do entorno do Antigo Quartel, pela FUNCEF.
2013	Atualização da base cartográfica, da área do Parque, por Suape. Ações conjuntas de Suape, Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, 18º Batalhão da Polícia Militar, CIPOMA e NAD para coibir as invasões na área do Parque, seguindo as recomendações do Ministério Público.

Fonte: Autora, 2019.

4. MARCAS DO TEMPO E MARCOS DOS HOMENS

A poligonal que compõe o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti (Figura 15) – objeto empírico da presente pesquisa –, abrange uma área de aproximados 2,7 km², situados no acidente geográfico do promontório ou Cabo de Santo Agostinho entre a Praia de Calhetas (ao norte) até a praia de Suape (ao sul). Como mencionado anteriormente, historiadores apontam que o local foi a porta para os primeiros navegadores que vieram desbravar as Américas desde o século XV. Desde então, vários acontecimentos marcaram a história do local, que serviu como ponto de referência para navegações, ancoradouro e porto para escoamento de insumos, assim como foco de resistência à invasão holandesa em Pernambuco. Tais fatos deixaram marcas no PMAHC, entre as quais, diversas edificações que ilustram de forma simbólica a resistência e consolidação da soberania luso-brasileira perante as adversidades.

Figura 15 – Imagem de satélite do PMAHC (2019) e suas edificações de interesse.



LEGENDA

- Linha amarela** – Perímetro do PMAHC
A – Ruínas do Forte Castelo do Mar;
B – Ruínas do Antigo Quartel
C – Bateria de São Jorge I e II;
D – Ruínas da Bateria de Calhetas
E – Ruínas do Forte de São Francisco de Xavier
F – Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré

- G** – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita
H – Cemitério de Nazaré
I – Ruínas da Capela Velha
J – Ruínas da Casa do Faroleiro
K – Conjunto Edificado da Vila de Nazaré
***** – Pedra do Cogumelo

Fonte: Autora, 2019.

Por se tratarem de construções de valor histórico, simbólico, cultural e por sua forte representatividade para a região, foram elencadas edificações de interesse (Figura 15) em três grupos: **monumentos militares**, **monumentos religiosos**, e **monumentos civis** cujos imóveis estão distribuídos de acordo com o Quadro 2

Quadro 2 – Classificação dos monumentos de interesse do PMAHC.

EDIFICAÇÕES DE INTERESSE	
Monumentos militares	Ruínas do Forte Castelo do Mar
	Ruínas do Antigo Quartel
	Ruínas da Bateria de São Jorge I e Bateria de São Jorge II
	Ruínas da Bateria de Calhetas
	Ruínas do Forte de São Francisco de Xavier (Gaibú)
	Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré
Monumentos religiosos	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita
	Ruínas da Capela Velha
	Cemitério de Nazaré
Monumentos civis	Ruínas da Casa do Faroleiro
	Conjunto da Vila de Nazaré

Fonte: Autora, 2019.

Entretanto, apesar de serem apresentadas isoladamente, é importante observar que as mesmas devem ser consideradas como integrantes de um conjunto, uma vez que, juntas, compõem a história e a paisagem do PMAHC.

4.1. Marcas da guerra: monumentos militares

Por se tratar de uma região que serviu como foco de resistência à invasão holandesa em Pernambuco, o PMAHC conta com uma quantidade significativa de edificações de uso militar remanescentes. Vale salientar que as datas especificadas a seguir não necessariamente se referem às atuais feições dos respectivos edifícios, mas, sim, de registros encontrados em documentos e pesquisas referentes à historiografia do local.

A. Ruínas do Forte Castelo do Mar

Pequena fortificação em alvenaria de pedra (Figura 16, Figura 17, Figura 18 e Figura 19) assentada sobre lajedos de granito à extremo sudeste do PMAHC (Figura 15), que tinha como função a guarda da barra do porto de Nazaré e Suape.

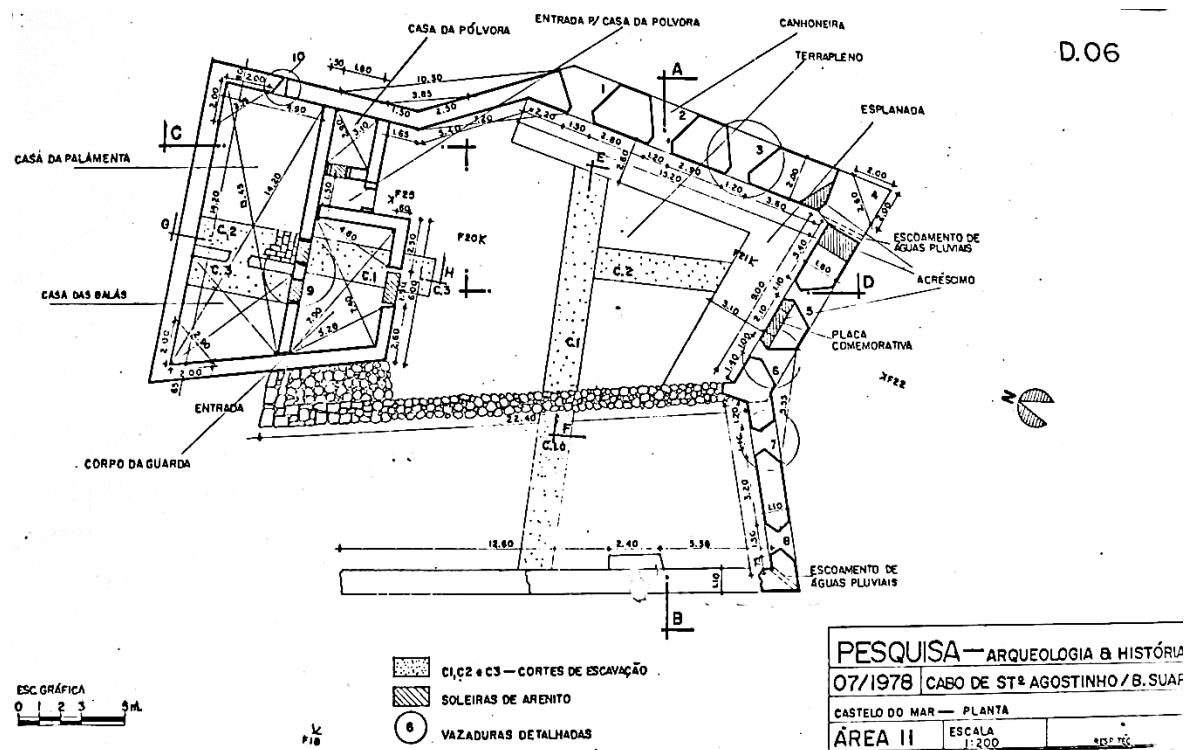
Figura 16 – Vista lateral das Ruínas do Forte Castelo do Mar.



Fonte: Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/25/parque-armando-holanda-no-cabo-exibe-sinais-de-abandono-173728.php> Acessado em: 13 nov. 2019.

De acordo com pesquisa realizada por Albuquerque, Polito e Tigre (1980), foi construído no século XVII pelo italiano Conde de Bagnuolo, que estava à serviço dos luso-brasileiros na época. Ainda de acordo com a pesquisa, o referido fortim sofreu algumas melhorias e expansões após a expulsão dos holandeses do território, provavelmente na segunda metade do século XVII ou princípios do século XVIII.

Figura 17 – Planta baixa das Ruínas do Forte Castelo do Mar.



Fonte: (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. D.06).

Hoje, o Forte Castelo do Mar encontra-se em razoáveis condições de conservação, sendo possível identificar as estruturas e partido em polígono irregular do edifício. Tem como possíveis causas de deterioração o desuso, abandono, agentes naturais – como vento, chuva, mar e vegetação – e agentes antrópicos.

Figura 18 e Figura 19 – Vista lateral e interior das Ruínas do Forte Castelo do Mar.



Fonte: Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=235 Acessado em: 14 nov. 2019.

B. Ruínas do Antigo Quartel

Edificação de uso militar (Figura 20, Figura 21, Figura 22 e Figura 23) possivelmente construída para dar suporte ao Forte Castelo do Mar (Figura 15).

Figura 20 e Figura 21 – Ruínas do Antigo Quartel.

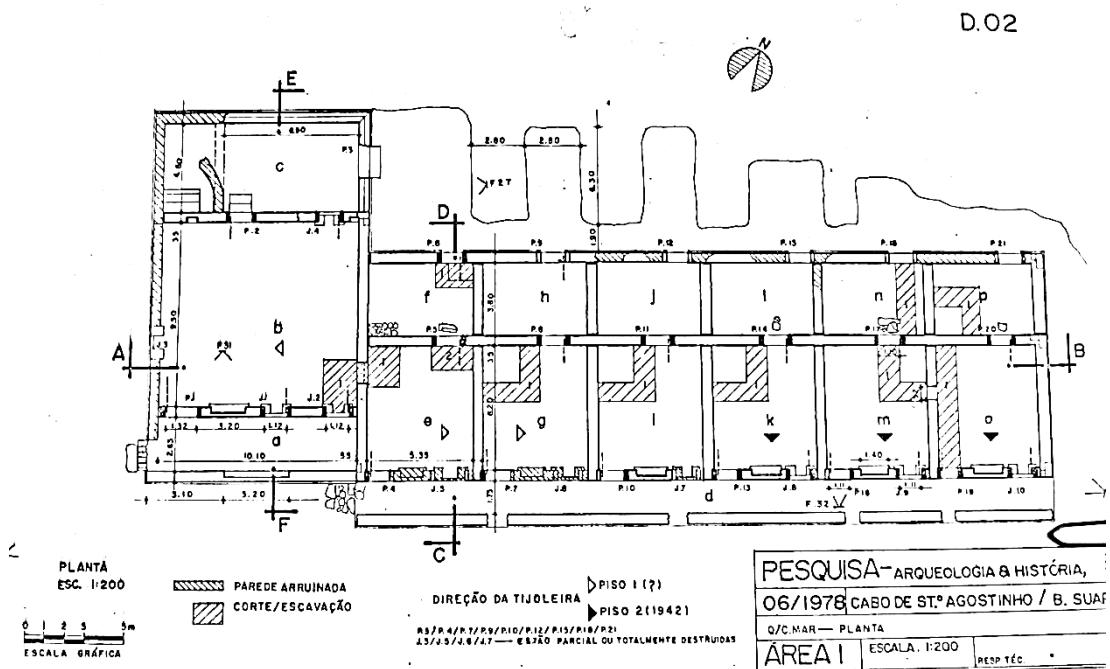


Fonte: Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/25/parque-armando-holanda-no-cabo-exibe-sinais-de-abandono-173728.php> Acessado em: 13 nov. 2019.

Segundo Albuquerque, Polito e Tigre (1980), apesar de não existir documentos que indiquem a data da construção do quartel, citações e mapas do século XVII – durante o período da

ocupação holandesa – fazem referência a um reduto nas proximidades do Forte Castelo do Mar, e de acordo com as descrições, há a possibilidade de ser o Antigo Quartel.

Figura 22 – Planta baixa das Ruínas do Antigo Quartel.



Fonte: (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. D.02).

Figura 23 – Presença de pichações nas ruínas do Antigo Quartel.



Fonte: Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/25/parque-armando-holanda-no-cabo-exibe-sinais-de-abandono-173728.php> Acessado em: 12 de nov. de 2019.

Atualmente o Antigo Quartel encontra-se em ruínas, com trechos desabando. Estima-se que parte do material teria sido retirada por locais. Apesar disto, sua forma está razoavelmente preservada, sendo possível identificar o partido, formato da planta, alturas e algumas aberturas.

Tem como possíveis causas de deterioração, o desuso, abandono, agentes naturais e agentes antrópicos, como vandalismo e depredação (Figura 23).

C. Ruínas das Baterias de São Jorge I e II

Dois pequenos redutos em alvenaria de pedra edificados à oeste das Ruínas do Forte Castelo do Mar. Segundo Cunha et al. (1979), há registros de 1633 que mencionam a existência das Baterias de São Jorge I e II, possivelmente utilizadas para dar suporte ao Forte Castelo do Mar na guarda da barra do porto de Nazaré e Suape. Entretanto, ainda segundo o autor, nenhum documento iconográfico ou cartográfico assinala a existência das mesmas, apenas manuscritos.

De acordo com pesquisas realizadas na década de 1970, as Baterias de São Jorge teriam sido encontradas após realização de prospecções no local, auxiliando na identificação de suas respectivas localizações. Entretanto, apesar dos trabalhos de levantamento, pouco material foi encontrado, tornando possível estabelecer apenas o formato da planta de maneira imprecisa. Ademais, por se encontrarem em local de difícil acesso, não foi possível acessá-las para fins da presente pesquisa e não foram encontrados registros fotográficos em outros meios.

D. Ruínas da Bateria de Calhetas

Construída em alvenaria de pedra (Figura 24, Figura 25 e Figura 24 e Figura 25 – Bateria de Calhetas. Figura 26) sobre um pontal na Enseada de Calhetas, ao norte do promontório (Figura 15), tinha como função a defesa do porto.

Figura 24 e Figura 25 – Bateria de Calhetas.

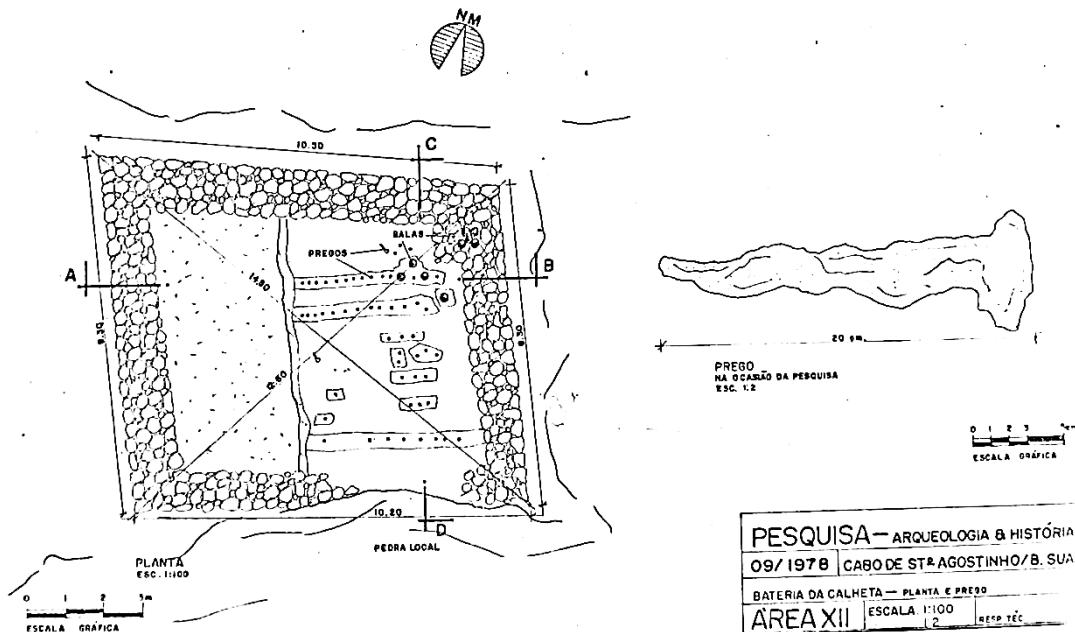


Fonte: Disponível em: http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=241 Acessado em: 14 out. 2019.

Hoje, pouco resta de sua estrutura e forma original, que está tomada por vegetação. Entre as possíveis causas de deterioração estão o desuso, abandono, agentes naturais – como vento, chuva e vegetação – e agentes antrópicos.

Figura 26 – Planta baixa das Ruínas da Bateria de Calhetas.

D.35

Fonte: (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. D.35).

E. Ruínas do Forte de São Francisco Xavier (Gaibú)

Fortificação em alvenaria de pedra (Figura 27) situada à extremo norte do PMAHC (Figura 15), na atual praia de Gaibú. Sua forma é composta por dois polígonos, o mais alto em formato pentagonal e o mais baixo em formato triangular. De acordo com Albuquerque, Polito e Tigre (1980), registros alegam que a possível data de sua construção teria sido no final do século XVIII, por ordem do então Governador Tomás José de Melo.

Figura 27 – Forte de São Francisco Xavier (Gaibú).



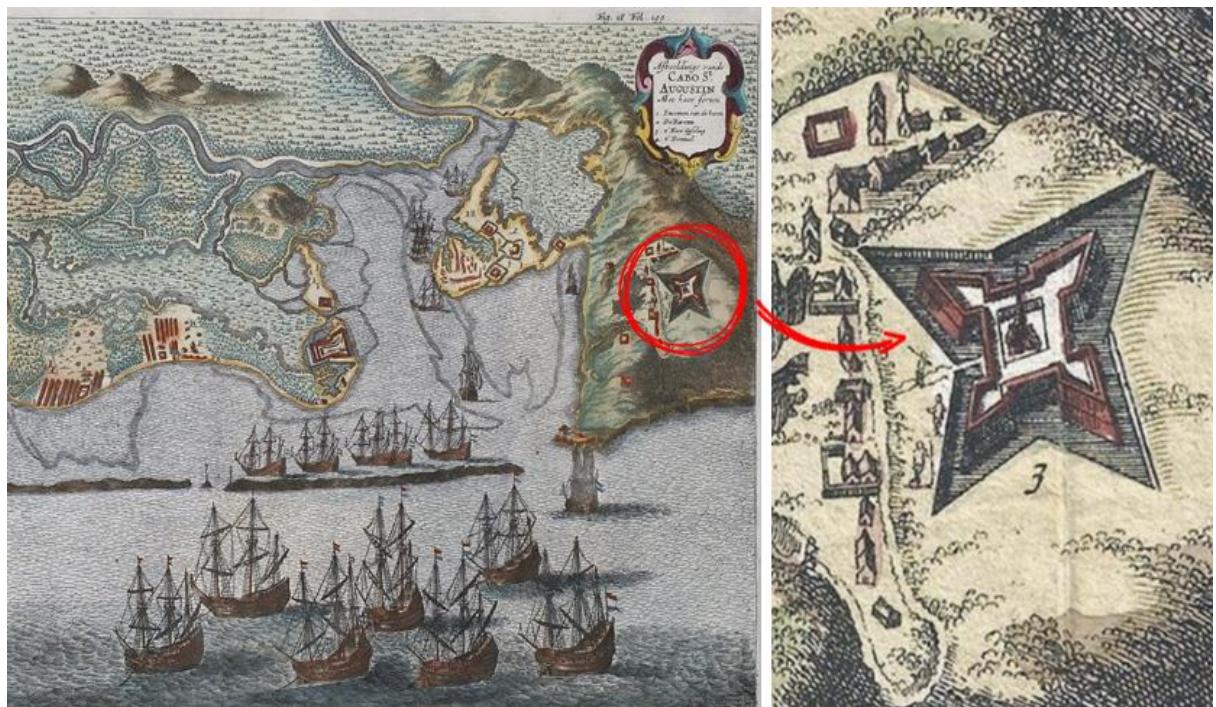
Fonte: Disponível em: <http://manguefeliz.blogspot.com/2013/08/forte-sao-francisco-xavier.html>
Acessado em: 14 nov. 2019.

Atualmente, o Forte de São Francisco Xavier ou Forte de Gaibú encontra-se em ruínas. Porém, em razoável estado de conservação, visto que é possível identificar o partido, formato da planta e alturas. Tem como possíveis causas de deterioração o desuso, abandono, agentes naturais e agentes antrópicos.

F. Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré

Fortificação abaluartada construída em por volta de 1632, ao redor da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (Figura 28 e Figura 29) mas que hoje encontra-se provavelmente soterrada. Segundo pesquisa realizada por Rocha (2017), o Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré encontra-se em uma área que sofreu muitos impactos das intempéries ambientais – principalmente pela chuva, por ser uma estrutura aparentemente erguida em taipa de pilão –, além da ação de outros fatores de degradação. Por tais motivos, muito pouco resta do reduto, mas que apesar de tais fatos ainda é possível identificar alguns trechos da estrutura primitiva.

Figura 28 e Figura 29 – Mapa do Cabo de Sando Agostinho por Jan Jansson e Isaac Commelin ,1656. Ao lado, ampliação do mapa e representação do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré.



Fonte: Disponível em: <https://www.geographicus.com/P/AntiqueMap/CaboStAugustin-jansson-1656> Acessado em: 16 nov. 2019. Marcações da autora.

Além disso foi possível perceber que essa fortificação era o polo central da defesa luso-brasileira, de onde saia o comando para todas as outras fortificações ao redor dele, em diferentes pontos, fazendo assim rever a visão de inutilidade e fragilidade desta fortificação dentro do seu período, e a prova disso foi sua resistência durante 360 anos para sobreviver em meio a uma paisagem sendo modificada pelo homem (ROCHA, 2017, p. 125).

4.2. Marcas da fé: monumentos religiosos

Como mencionado, durante o século XVI, devido às navegações marítimas, ao comércio açucareiro e a outros fatores, o Cabo de Santo Agostinho rapidamente se tornou um ponto estratégico para os navegadores e colonizadores, que pouco a pouco também trouxeram suas crenças e costumes, resultando na construção de novas edificações, entre as quais, monumentos de caráter religioso, como os citados posteriormente.

G. Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita

Situados na Vila de Nazaré (Figura 15), encontram-se a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e as Ruínas do Convento Carmelita (Figura 30 à Figura 39) ambos tombados em nível Federal pelo IPHAN¹⁹. Tida como uma obra de elementos quinhentistas, a Igreja de Nazaré teve sua construção iniciada aproximadamente em 1597, enquanto o Convento Carmelita surgiu quase um século depois, por volta de 1692, sendo inaugurado apenas em 1731.

Figura 30 e Figura 31 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita.



Fonte: Autora, 2019.

No final do século XVII, a Instituição Católica sofreu uma série de reformas internas de observância religiosa, e tanto a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, quanto o Convento Carmelita estavam subordinados às exigências propostas pelas autoridades eclesiásticas. Entretanto, muitos frades carmelitas assumiram um posicionamento de discordância quanto às

¹⁹ Através do Processo 619-T-61, do Livro de Belas Artes, página 85, nº 458, 06/07/1961.

reformas institucionais, sendo perseguidos pela própria Ordem e, por isso, precisaram fugir. As dificuldades se somaram com a ausência de verba, e após a promulgação de uma lei que proibia a admissão de noviços, tornou-se impraticável a manutenção do convento.

Figura 32, Figura 33 e Figura 34 – Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita.



Fonte: Autora, 2019.

Na ausência dos frades, o convento entrou em desuso, iniciando um processo de arruinamento que perdurou até a década de 1950, quando o IPHAN promoveu um processo de restauro no conjunto arquitetônico, modificando a fachada frontal da Igreja (Figura 35 e 36) e realizando um procedimento de anastilose nas ruínas do Convento (Figura 37 e 38), cujas partes estruturais foram desmontadas, recuperadas, catalogadas e remontadas, criando o cenário atual.

Figura 35 e Figura 36 – Fachada da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita antes e depois de intervenção realizada pelo IPHAN na década de 1950.



Fonte: Disponível em: <http://acervodigitalIPHAN.gov.br/> Acessado em: 15 nov. 2019

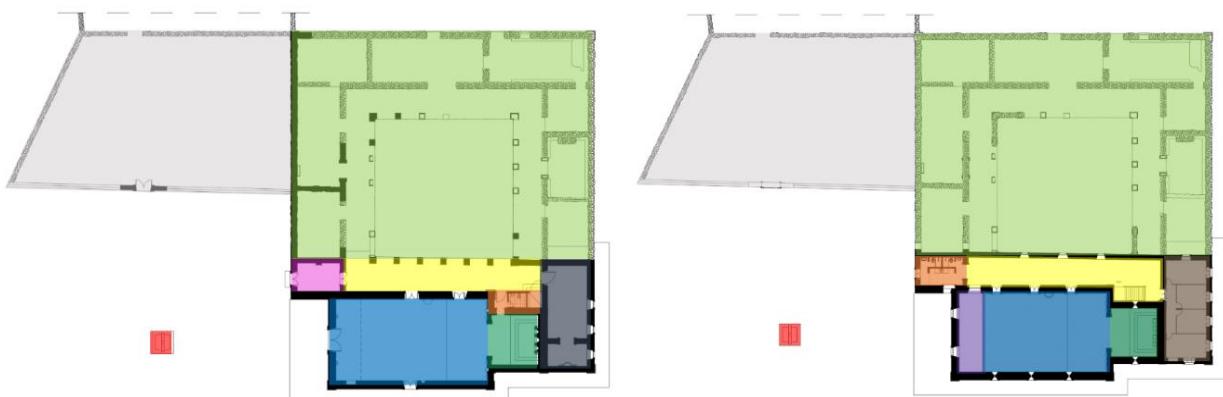
Figura 37 e Figura 38 – Lateral da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita antes e depois de intervenção realizada pelo IPHAN na década de 1950.



Fonte: Disponível em: <http://acervodigitalIPHAN.gov.br/> Acessado em: 15 nov. 2019.

Hoje, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré apresenta-se de forma bastante satisfatória, tendo em vista o seu atual estado de conservação. Isso porque os poucos danos que apresenta em nada comprometem o uso da Igreja, sendo, aparentemente, em sua maioria, de fácil reparação. Outro ponto que corrobora para tal afirmação é o fato de que tanto a Igreja quanto o Convento estão atualmente em pleno uso religioso e turístico.

Figura 39 – Planta baixa do pavimento térreo (à esquerda) e superior (à direita) da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Convento Carmelita.



LEGENDA DOS AMBIENTES		Dormitórios	WC e Cozinha
Ruínas do Convento Carmelita		Nave	Cemitério de N. S. de Nazaré
Galeria lateral		Capela-mor	Cruzeiro
Loja de souvenir		Coro	Sacristia

Fonte: Pedro Valadares, 2007 (com adaptações da autora).

H. Cemitério de Nossa Senhora de Nazaré

Justaposto às Ruínas do Convento Carmelita (Figura 15), o Cemitério de Nossa Senhora de Nazaré (Figura 40), segundo Albuquerque, Polito e Tigre (1980), teve a construção de seus muros e portão entre final do século XIX e princípio do século XX, não sendo possível determinar com clareza desde quando a prática de sepultamentos se faz presente no local.

Figura 40 – Cemitério de Nossa Senhora de Nazaré.



Fonte: Disponível em: <https://calangoviajante.com/cabo-de-santo-agostinho-pe/> Acessado em: 14 nov. 2019.

Atualmente, o cemitério encontra-se em pleno uso e em bom estado de conservação.

I. Ruínas da Capela Velha

Edificação em alvenaria mista (pedra e tijolo) (Figura 41 e Figura 42) situada no coração da Vila de Nazaré (Figura 15). De acordo com Cunha *et al.* (1979) teria sido construída no final do século XVIII ou prelúdio do século XIX, fazendo-se valer de suas características. Após abandono por motivos indeterminados, sofreu rápido arruinamento, restando pouco de sua estrutura primitiva. Vale salientar que apesar do nome sugestivo, a Capela Velha foi construída muitos anos após a construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

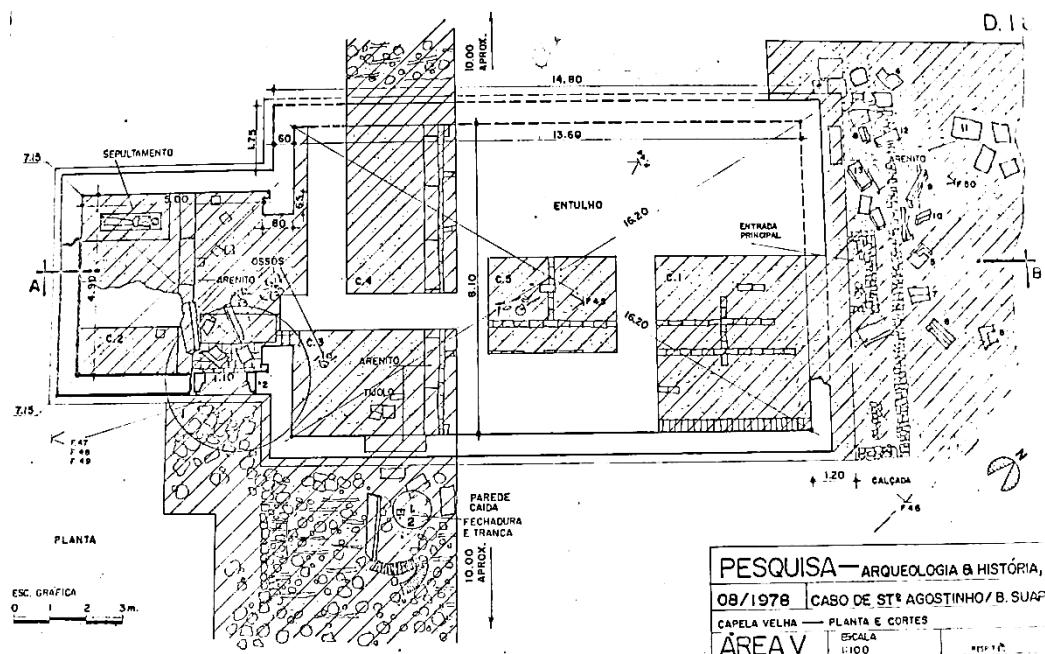
Hoje, a Capela Velha encontra-se em ruínas e completamente tomada por vegetação (Figura 41). Além do abandono e desuso, outras possíveis causas de deterioração seriam a ação de agentes naturais e agentes antrópicos – visto que aparentemente parte do material que desabou da antiga edificação foi levado por locais.

Figura 41 – Ruínas da Capela Velha.



Fonte: Disponível em:
<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/25/parque-armando-holanda-no-cabo-exibe-sinais-de-abandono-173728.php> Acessado em: 13 nov. 2019.

Figura 42 – Planta Baixa das Ruínas da Capela Velha.



Fonte: (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. D.18).

4.3. Marcas do cotidiano: monumentos civis

Dada a importância da região, os diversos atrativos – como o Ancoradouro ou Porto de Nazaré, tido como o segundo porto mais importante de toda a região depois do Porto de Pernambuco – e seu acelerado desenvolvimento e crescimento populacional, rapidamente foram construídas

edificações de usos diversos. Como consequência, não é de se estranhar o surgimento e consolidação de pequenos aglomerados, como freguesias e povoados.

J. Ruínas da Casa do Faroleiro

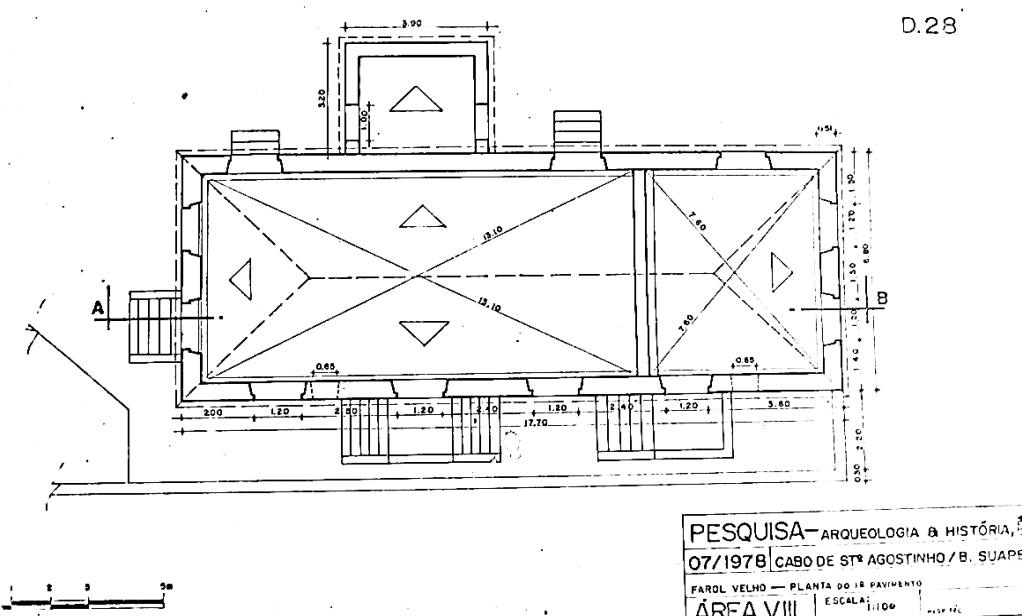
Sobrado retangular de dois pavimentos (Figura 43, Figura 44 e Figura 45) localizado à leste do promontório (Figura 15). Segundo Albuquerque, Polito e Tigre (1980), não existem documentos ou referências de qualquer tipo sobre a origem dessa edificação, entretanto, mencionam que de acordo com relato de antigos moradores do Cabo, teria sido construída entre final do século XIX e início do século XX.

Figura 43 – Ruínas da Casa do Faroleiro.



Fonte: Pedro Valadares, 2018.

Figura 44 – Planta baixa do primeiro pavimento das Ruínas da Casa do Faroleiro.



Fonte: (CUNHA, SILVA, *et al.*, 1979, p. D.28).

Figura 45 – Ruínas da Casa do Faroleiro.



Fonte: Disponível em: <https://mapio.net/pic/p-18128292/> Acessado em: 23 nov. 2019.

K. Conjunto edificado da Vila de Nazaré

Tida como uma das mais prósperas do sul de Pernambuco, a Vila de Nazaré (Figura 46 e Figura 47) surgiu no Cabo de Santo Agostinho – em um dos pontos mais altos do promontório –, em meados do século XVI, decorrente do processo de intenso crescimento populacional da região.

Figura 46 – Entrada da Vila de Nazaré.



Fonte: Disponível em:
<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/03/25/parque-armando-holanda-no-cabo-exibe-sinais-de-abandono-173728.php> Acessado em: 17 nov. 2019.

Hoje, é composta basicamente por uma única rua – a Rua do Sol –, algumas edificações que remontam a períodos remotos da antiga Vila de Nazaré. Contudo, segundo Medeiros (2013), ao compararmos a atual configuração da vila em relação a uso do solo, dimensões, traçados, acesso, entre outros aspectos, com registros cartográficos do Brasil colonial, podemos observar a existência de muitas permanências do povoado primitivo.

Além disso, é possível afirmar de maneira geral, que o conjunto edificado da Vila de Nazaré encontra-se sumariamente em bom estado de conservação. Um dos fatos que corrobora para tal afirmação é o crescente surgimento de pequenos empreendimentos como bares e restaurantes (Figura 47) que além de servirem como atrativo turístico para a região, também auxiliam na movimentação da economia local.

Figura 47 – Restaurante na Vila de Nazaré.



Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/bistrosertaoemar/> Acessado em: 18 nov. 2019.

Logo, podemos perceber de modo geral, que há de fato uma deficiência referente à manutenção adequada dos monumentos citados, pois muitos não apenas encontram-se em estado de arroinamento como também passaram por recente ação de vandalismo e pilhagem (Figura 14 e Figura 23), denotando não apenas em uma certa dificuldade dos entes responsáveis pelo PMAHC no que diz respeito à proteção da paisagem, mas também, talvez, por uma possível ausência de um sentimento de pertencimento por parte da população ou até mesmo pelo pensamento de que a manutenção de tais bens são de única responsabilidade dos órgãos

públicos, o que é uma ideia equivocada, visto que a preservação do patrimônio é um processo coletivo e de responsabilidade de todos.

Por fim, apesar do passar do tempo, das intempéries, das guerras e conflitos que um dia assolaram o PMAHC e de todos os problemas atuais provenientes do descaso e abandono latente – principalmente por falta de manutenção adequada –, os monumentos presentes no parque (Quadro 3) foram e estão sendo capazes de sobreviver e resistir, permitindo que permaneçam no nosso imaginário enquanto símbolos monumentais e hegemônicos naquele local, que atravessaram os séculos para, na atualidade, nos comunicar o nosso passado e nossa história. Hoje, o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti permanece como um legado e um símbolo da soberania luso-brasileira no processo de construção e consolidação da história pernambucana e brasileira.

Quadro 3 – Síntese dos monumentos de interesse do PMAHC.

EDIFICAÇÃO DE INTERESSE	FUNÇÃO	CONSTRUÇÃO	MATERIAL CONSTRUTIVO	TOMBAMENTO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Ruínas do Forte Castelo do Mar	Militar	Séc. XVII	Alvenaria de pedra granítica	Conjunto: Estadual	Em ruínas, razoável. Forma preservada
Ruínas do Antigo Quartel	Militar	Séc. XVII	Alvenaria de pedra granítica	Conjunto: Estadual	Em ruínas, ruim. Forma pouco preservada
Ruínas da Bateria de São Jorge I e Bateria de São Jorge II	Militar	Séc. XVII	Alvenaria de pedra granítica	Conjunto: Estadual	Em ruínas, ruim. Apenas vestígios da forma
Ruínas da Bateria de Calhetas	Militar	-	Alvenaria de pedra granítica	Conjunto: Estadual	Em ruínas, ruim. Apenas vestígios da forma
Ruínas do Forte de São Francisco de Xavier (Gaibú)	Militar	Séc. XVIII	Alvenaria de pedra granítica	Conjunto: Estadual	Em ruínas, razoável. Forma preservada
Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré	Militar	1632	Possivelmente de taipa de pilão	Conjunto: Estadual	Possivelmente soterrado
Igreja de Nossa Senhora de Nazaré e Ruínas do Convento Carmelita	Religiosa	1597	Alvenaria mista (pedra e tijolo)	Isolado: Federal Conjunto: Estadual	Bom, em pleno funcionamento, e com ruínas estabilizadas
Ruínas da Capela Velha	Religiosa	Séc. XVIII ~ XIX	Alvenaria mista (pedra e tijolo)	Conjunto: Estadual	Em ruínas, ruim. Forma pouco preservada
Cemitério de Nazaré	Religiosa	Séc. XIX ~ XX	Alvenaria mista (pedra e tijolo)	Conjunto: Estadual	Bom, em pleno funcionamento
Conjunto da Vila de Nazaré	Civil	-	Alvenaria mista (pedra e tijolo)	Conjunto: Estadual	Bom, em pleno funcionamento
Ruínas da Casa do Faroleiro	Civil	Séc. XIX ~ XX	Alvenaria mista (pedra e tijolo)	Conjunto: Estadual	Em ruínas, razoável. Forma preservada

OBS: As datas aqui expostas são as mais remotas encontradas no decorrer da pesquisa sobre os respectivos monumentos, e que por sua vez não necessariamente refletem as atuais feições das construções.

Fonte: Autora, 2019.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objeto de estudo o memorável Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, situado no Município do Cabo de Santo Agostinho/PE, e seu respectivo acervo de monumentos, sendo tanto aqueles em pleno uso quanto os que se encontram arruinados. Desta forma, como objetivo maior, este trabalho se propôs a analisar o objeto em questão através da ótica dos símbolos e das teorias da preservação, e discutir a história por trás do surgimento de tais edificações, visando compreender de que forma foram utilizadas, e a importância simbólica do local onde estão assentadas.

Sendo assim, para a realização desta análise, optou-se pelo método hipotético-dedutivo, ou seja, todo o trabalho foi estruturado a partir de observação, discussão e argumentação, com base em uma pesquisa explicativa das teorias de estudiosos da semiótica, do patrimônio e da preservação. Paralelamente, também foi utilizada a pesquisa de caráter exploratório, buscando colher informações não apenas acerca das teorias que permeiam o estudo em questão, mas principalmente em relação ao plano de fundo histórico do parque e de suas edificações, aspirando compreendê-lo de forma mais holística possível e permitindo observá-lo enquanto um símbolo de resistência e, sobretudo, de soberania.

Deste modo, ao longo da pesquisa, foi possível observar que os símbolos surgem como uma espécie de ponte entre o consciente e o inconsciente, como um veículo para tornar visível algo que não se encontra presente de forma concreta. Além disto, essas alegorias também podem surgir enquanto índices, ou seja, símbolos que indicam algo. Trazendo para a discussão da arquitetura propriamente dita, pudemos compreender que essa espécie de símbolo pode indicar as marcas deixadas por algo: seja nos materiais, técnicas construtivas, concepção, funções, local, momento histórico que fora construída ou a memória daqueles que por ali passaram e deixaram seus rastros.

Neste contexto, os símbolos tornam-se importantes por sua capacidade de comunicar tudo de abstrato que uma determinada edificação pode conter em seu âmago, além de assumir forma valorativa, ou seja, transforma-se em um dos vários parâmetros para avaliar a importância que um bem pode ter perante um determinado meio. Diante de tais afirmações, foi possível compreender que independente dos aspectos subjetivos associados à criação dos símbolos – visto que diferentes mentes interpretantes podem ver o mesmo objeto e atribui-lo, cada um, um significado distinto –, a simples existência deles subentende na intenção de sua permanência na sociedade, enquanto representantes de valor cultural inestimável e, desta forma, enquanto bens

a serem preservados. Então, foi possível observar que a preservação do patrimônio se configura como uma importante ferramenta para a permanência desses símbolos e para a perpetuação dos seus incontáveis significados.

Posteriormente, ao nos depararmos com a historiografia e contextualização do objeto de pesquisa – o Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti –, pudemos compreender que todo o processo de formação do parque, desde os prelimícios da ocupação portuguesa até os dias de hoje, foi marcado por uma série de eventos icônicos e, principalmente, pela consolidação do poderio hegemônico luso-brasileiro sobre aquelas terras. Tal afirmação pôde ser confirmada a partir dos fatos expostos, como as expansões realizadas na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, logo após a expulsão dos holandeses, e a construção do Convento Carmelita contíguo à igreja, por exemplo. Pois quando há a soberania, é pressuposta a presença de autoridade sobre algo, e se há autoridade, há domínio e segurança, ou seja, não seria do interesse comum a realização de melhorias em um edifício de uso não militar, por exemplo – nesse caso, religioso – se os luso-brasileiros não estivessem em plena segurança de sua soberania naquele local.

Pudemos observar também que, hoje, muitas dessas importantes edificações encontram-se em estado de arruinamento, seja por causas naturais ou por ação antrópica, somadas ao descaso referente à manutenção de tais bens. Entretanto, também pudemos notar que, apesar desses fatos, os monumentos presentes no parque foram e ainda estão sendo capazes de sobreviver e resistir, permitindo que permaneçam no nosso imaginário enquanto marcas da guerra, da fé e do cotidiano daqueles que por ali passaram, compondo, em conjunto, a paisagem histórica do PMAHC e, portanto, permanecendo como legado e um claro símbolo da soberania luso-brasileira no processo de construção e consolidação da história pernambucana e brasileira.

Desta forma, pode-se concluir que o objetivo geral inicialmente proposto pela pesquisa, bem como os objetivos específicos estabelecidos, foram de fato alcançados durante o período de elaboração desta monografia. Do mesmo jeito, averígua-se que a hipótese levantada neste trabalho de que o PMAHC representa um símbolo da soberania luso-brasileira no litoral pernambucano a partir da ideia de que tanto a noção de patrimônio quanto os significados simbólicos que atribuímos às coisas não se amparam apenas em grandes acontecimentos, mas, sim, em todo um conjunto orquestrado por história, memória e identidade, atravessando o material e o imaterial, cujos valores são representados pelos monumentos existentes no local, também pôde ser validada. Entretanto, vale salientar que tal afirmação de forma alguma anula

a possibilidade da realização de futuras pesquisas sobre o tema abordado, bem como seu aprofundamento.

Por fim, espera-se que esse trabalho tenha de alguma forma contribuído significativamente para uma melhor compreensão do valor deste memorável acervo edificado, fortalecendo, talvez, um sentimento sincero de pertencimento para com nosso rico patrimônio.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. M. D.; POLITO, H.; TIGRE, S. M. **Plano de Preservação e Revitalização do Cabo de Santo Agostinho**. Recife: FUNDARPE, 1980.
- ALBUQUERQUE, M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. **Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente**. Recife: Graftorre, 1999. Disponível em: <http://www.brasilarqueologico.com.br/download.php?file=publicacoes/1999/Fortes%20de%20Pernambuco.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.
- AMARAL, C. S.; MESSIAS, P. A conservação do patrimônio arquitetônico: uma solução mais sustentável. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 4, n. 28, p. 66-75, 2016. ISSN ISSN 2318-8472. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/download/1374/1396. Acesso em: 8 nov. 2019.
- BRASIL. **Constituição Federal**. [S.l.]: [s.n.], 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2019.
- CAFÉ, D. C. **Património, Identidade e Memória**: Proposta para criação do Museu do Território de Alcanena. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2007. 200 p. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/daniel_cafe.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.
- CASTRO, A. H. F. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro**: Fortificações do Brasil de 1504 a 2006. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), v. III, 2015.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3^a. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 288 p.
- CUNHA, C. A. M. C. et al. **Pesquisa Histórica e Arqueológica do Cabo de Santo Agostinho**: Preservação e Revitalização do Cabo de Stº Agostinho, Vila de Nazareth, Povoados de Gaibu e Suape. Recife: FUNDARPE, 1979.
- DALVIELLA, C. G. **A migração dos símbolos**. São Paulo: Pensamento, 1995.
- DVOŘÁK, M. **Catecismo da preservação de monumentos**. Tradução de Valéria Alves Esteves LIMA. 2^a. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- FERREIRA, A. B. D. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4^a. ed. [S.l.]: Positivo, 2009.
- FUNARI, P. P.; PELEGRIINI, S. D. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/12000947/Pedro_Paulo_Funari_e_Sandra_C_A._Pelegrini_-_Patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Cultural. Acesso em: 17 out. 2019.
- IPHAN. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Brasília, DF: [s.n.], 1937.
- IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. 3^a. ed. Brasília, DF: [s.n.], 2012. 36 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

- IPHAN. Portaria nº 420. In: MELO, M. J. L. V. D. **Conservadorismo x Radicalismo: uma investigação sobre intervenções em edifícios históricos no Recife**. Recife: [s.n.], 2018.
- KUPERMAN, P. D. S. Multiculturalidade e Patrimônio Simbólico: uma questão de ressonância. **Revista Desenvolvimento Pessoal**, Rio de Janeiro, 12 Março 2013. ISSN ISSN: 2237-096X.
- LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada - CECI, 2012. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/informacao/acervo-para-download/category/8-e-book.html?download=115%3Aplano-de-gesto-de-conservao-urbana-conceitos-e-mtodos>. Acesso em: 26 mar. 2019.
- LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MEDEIROS, H. M. P. **Significados e conflitos expressos na paisagem cultural do Cabo de Santo Agostinho/PE**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10962/1/Disserta%C3%A7ao%20Helen%20Medeiros.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- MELLO, E. C. D. **Imagens do Brasil holandês 1630-1654**. São Paulo: ARS (São Paulo), v. 7, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202009000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2019.
- MELO, D. P. D.; MELO, V. P. D. **Uma Introdução à Semiótica Peirceana**. Paraná: UNICENTRO, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/953>. Acesso em: 7 maio 2019.
- MELO, M. J. L. V. D. **Conservadorismo x Radicalismo: uma investigação sobre intervenções em edifícios históricos no Recife**. Recife: Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018. 93 p.
- OLIVEIRA, J. P. D. **Engenho Ramos (Paudalho-PE): preservação da memória e dualidade de significados**. Recife: Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
- PEIRCE, C. S. Semiótica. In: MELO, D. P. D.; MELO, V. P. D. **Uma Introdução à Semiótica Peirceana**. 4^a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- PELEGRINI, S. D. C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental**. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2006. 115-140 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 nov. 2019.
- PERNAMBUCO. **Decreto Nº 8.447/93**. Recife: ALEPE, 1983. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=49CAF1E47C85C7E703257711006204B3>. Acesso em: 13 nov. 2019.
- RIBEIRO, E. S. Estudos Semióticos. **Um estudo sobre o símbolo, com base na semiótica de Peirce**, São Paulo, 29 Novembro 2010. 46–53.
- ROCHA, L. A. D. **Preservação, Patrimônio e Arqueologia**: O Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, uma Fortificação Seicentista, Pernambuco, Brasil. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2017. 147 p. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/3699.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ROCHA, T. S. F. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio:** as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. Mariana: XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

ROLIM, E. D. S. **Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes.** Natal: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica.** 1^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTIAGO, D. L. História da Guerra de Pernambuco. In: ROCHA, L. A. D. **Preservação, Patrimônio e Arqueologia:** O Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, uma Fortificação Seicentista, Pernambuco, Brasil. Recife: [s.n.], 2017.

SANTOS, M. C. D. L. F. **A educação patrimonial no meio educacional.** Natal: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013. Disponível em:
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364478720_ARQUIVO_MChristinafev2013.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

SANTOS, T. C. D.; MENEZES, S. L. Os Holandeses e o Nordeste Brasileiro: 1630 - 1654. **XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão,** São Paulo, 2008. Disponível em:
<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Thiago%20Cavalcante%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SCHIAVO, L. **Templo de deus ou templo dos demônios? História e conflitos ao redor do templo judaico.** Goiânia: Caminhos, 2007. Disponível em:
<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/download/448/373>. Acesso em: 7 nov. 2019.

APÊNDICE A – Lista das Cartas Patrimoniais (séculos XX e XXI).

PERÍODO		LOCAL	Nº	ESPECIFICAÇÃO
Anos 30	1931	Atenas	01º	Conclusões gerais e deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus.
	1933	Atenas	02º	Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.
Anos 50	1956	Nova Delhi	03º	9º Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.
Anos 60	1962	Paris	04º	12ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.
	1964	Veneza	05º	II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.
	1964	Paris	06º	13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.
	1967	Quito	07º	Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico.
	1968	Paris	08º	15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas.
Anos 70	1970	Brasília	09º	I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais.
	1971	Salvador	10º	II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil.
	1972	Itália	11º	Carta do Restauro, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália.
	1972	Estocolmo	12º	Assembleia Geral das Nações Unidas.
	1972	Paris	13º	Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.
	1974	São Domingos	14º	I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos Períodos Colonial e Republicano, pela OEA.
	1975	Amsterdã	15º	Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu.
	1975	Amsterdã	16º	Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico – Ano do Patrimônio Europeu.
	1976	Bruxelas	17º	Seminário Internacional de Turismo.
	1976	Nairóbi	18º	19ª Sessão da UNESCO.
Anos 70	1977	Machu Picchu	19º	Encontro Internacional de Arquitetos.
	1979/2013	Austrália	20º	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acessado em 8 nov. 2019. Montagem da autora, 2019.

PERÍODO	LOCAL	Nº	ESPECIFICAÇÃO
Anos 80	1981	21º	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.
	1982	22º	Assembleia Mundial dos Estados, no Quênia.
	1982	23º	3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental.
	1985	24º	Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.
	1986	25º	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.
	1987	26º	1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos.
	1987	27º	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas.
	1989	28º	Encontro de Civilizações nas Américas.
	1989	29º	Aprovada durante a Jornada Comemorativa do 25º aniversário da Carta de Veneza.
	1989	30º	25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO - Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.
Anos 90	1990	31º	Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico.
	1992	32º	Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.
	1994	33º	Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial no Japão.
	1995	34º	Documento Regional do Cone Sul sobre Autenticidade.
	1995	35º	Recomendação Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais com as políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.
	1996	36º	Recomendações brasileiras à XI Assembleia Geral do ICOMOS.
	1996	37º	Declaração de Sofia de 09 de outubro de 1996, elaborada durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS.
	1997	38º	Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção.
	1997	39º	Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível.
	1999	40º	Decisão nº 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina.

Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acessado em 8 nov. 2019. Montagem da autora, 2019.

PERÍODO		LOCAL	Nº	ESPECIFICAÇÃO
Anos 2000	2000	Cracóvia	41º	Princípios para a conservação e o restauro do patrimônio construído.
	2001	Paris	42º	Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático.
	2003	Paris	43º	32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 - Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.
	2009	Nova Olinda	44º	Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio.
	2010	Brasília	45º	Resultados e conclusões apresentadas pelo grupo do Fórum Juvenil de Patrimônio Mundial acerca da proteção e promoção do Patrimônio Mundial.
	2010	Juiz de Fora	46º	Estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros.

Fonte: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226> Acessado em 8 nov. 2019. Montagem da autora, 2019.